

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: fevereiro de 2011.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Demandado Egito puxa preço do trigo – Filipe Domingues – Agronegócios - Economia – O Estado de São Paulo – 01/02/2011	4
Dilma e Cuba – Editoriais – Folha de São Paulo- 01/02/2011	4
Agora ou nunca- ELIANE CANTANHÊDE- Opinião – Folha de São Paulo – 01/02/2011	5
Candidatos repetem propostas de sempre na eleição da Câmara - MARIA CLARA CABRAL, CATIA SEABRA E GABRIELA GUERREIRO- Poder-Folha de São Paulo – 01/02/2011	6
Soja começa a perder força com chuva na Argentina e comportamento dos fundos- Fernando Muraro- Mercado –Folha de São Paulo – 01/02/2011	7
A volta do dragão- Ilan Goldfajn– Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 01/02/2011	8
Dilma vai trocar toda a diretoria de Furnas – Luciana Nunes Leal - Nacional – O Estado de São Paulo – 02/02/2011	9
Tempo de bonança para o sojicultor – Camila Moreira – Agrícola – O Estado de São Paulo – 02/02/2011	10
Preço das commodities sobe 4,05% em janeiro – Fabio Graner – Economia – O Estado de São Paulo – 03/03/2011	11
Mantega quer apoio contra regulação de commodities- Patrícia Campos Mello- Mercado- Folha de São Paulo - 03/02/2011	11
Energia eólica valoriza terras no RN- Anna Ruth Dantas – Economia – O Estado de São Paulo- 06/02/2011	12
Isolado, programa social não é solução única – Renata Bichir – Poder – Folha de São Paulo – 06/02/2011	13
Cai presença na escola de jovens do Bolsa Família- Poder – Folha de São Paulo – 06/02/2011	13
Cortadores pedirão curso remunerado- Venceslau Borlina Filho – Folha Ribeirão – Folha de São Paulo – 07/02/2011	14
Calendário de contrapartidas do Bolsa Família abre nesta segunda-feira – Sítio Eletrônico do MDS – 07/02/2011	14
AGRICULTORES FAMILIARES E MDS JUNTOS PARA ELIMINAR A POBREZA NO BRASIL- Sítioeletrônico da Contag - 08/02/2011	16
G-20 muda para G-Zero e vira área de conflito, afirma Roubin – Gustavo Chacra – Economia – Estado de São Paulo – 08/02/2011	17
Pressão sobre o Congresso terá reforço do MST – Daniela Lima – Poder – Folha de São Paulo – 09/02/2011	18

Preços internacionais do milho devem seguir elevados em 2011 – Leonardo Sologuren – Mercado – Folha de São Paulo – 15/02/2011	18
Alta do feijão deve voltar no segundo semestre – Mauro Zafalon – Mercado – Folha de São Paulo – 15/02/2011	19
Zoelick diz que inflação gera pobreza – Valor Econômico – Internacional – 16/02/2011	20
Após ano de recuperação, indústria de defensivos espera crescer em 2011 – Mauro Zafalon – Mercado _ Folha de São Paulo – 17/02/2011	21
Avanços na área social garantem inclusão produtiva eficaz – Sítio Eletrônico do MDS – 17/02/2011	22
Governo põe R\$ 8,6 bi no BNDES e na Caixa para ampliar crédito –Mário Sérgio Lima – Mercado- Folha de São Paulo – 18/02/2011	23
Alta de commodities eleva previsões de superavit comercial – Mercado – Folha de São Paulo – 18/02/2011	24
Nova alta faz algodão romper barreira histórica – Mauro Zafalon – Mercado – Folha de São Paulo – 18/02/2011	25
Bolsa Família chega a 12,9 milhões de famílias e atinge meta de atendimento – Sítio Eletrônico do MDS – 18/02/2011	26
Estrelinha faz produtividade da laranja cair na safra 2010/2011 – Venceslau Borlina Filho-Folha Ribeirão – Folha de São Paulo – 20/02/2011	28
Frango se beneficia de retaliação contra EUA – FABIANO MAISONNAVE e PATRÍCIA CAMPOS MELLO – Mercado – Folha de São Paulo – 22/02/2011	28
Por falta de atualização cadastral, 270 mil benefícios do Bolsa Família são cancelados – Sítio Eletrônico do MDS – 22/02/2011	29
Crescimento inclusivo sustentável? – Marcelo Nery - Valor Econômico – Opinião – 22/02/2011	31
Plantação de transgênicos avança no Brasil e cresce 19% em apenas um ano – Andrea Vialli – Vida – O Estado de São Paulo – 23/02/2011	33
Crise provoca queda no preço de commodities – Márcia De Chiara – Economia – O Estado de São Paulo – 24/02/2011	34
Embrapa veta cientistas em seminário – Claudio Angelo – Ciência – Folha de São Paulo – 25/02/2011	35
Preço alto trava negócios no mercado de café – Mauro Zafalon- Mercado – Folha de São Paulo – 25/02/2011	36
Conab deve ter troca do comando na próxima semana – Denise Madueño – Economia – O Estado de São Paulo – 26/02/2011	37
Brasil vai investir R\$ 3,3 tri até 2014 – Alexandre Rodrigues – Economia – O Estado de São Paulo- 28/02/2011	38
Regularização de terra na Amazônia cumpre 1% da meta – João Carlos Magalhães – Poder -Folha de São Paulo- 28/02/2011	39

Demandado Egito puxa preço do trigo – Filipe Domingues – Agronegócios - Economia – O Estado de São Paulo – 01/02/2011

Os preços futuros do trigo se mantêm sustentados na Bolsa de Chicago. Havia uma preocupação de que a onda de protestos contra o governo no Egito comprometeria o abastecimento no país, maior importador mundial da commodity, mas os negócios não devem ser afetados. A perspectiva de demanda firme fez o contrato com vencimento em março encerrar o pregão de ontem a US\$ 8,4075 por bushel, alta de 1,82%.

Eventuais problemas no desembarque do trigo nos portos devem ser temporários, avaliam participantes do mercado, e a estatal de grãos egípcia continuará importando trigo no exterior. O cereal é usado para subsidiar a alimentação de 14,2 milhões de pessoas pobres no país.

O preço do milho caminhou na esteira do trigo e subiu 2,41% na bolsa americana. Os dois cereais costumam andar juntos porque ambos são usados na alimentação animal. A soja avançou 1,07%. A sustentação veio da incerteza quanto aos efeitos da irregularidade das chuvas nas regiões produtoras da Argentina, terceiro maior produtor da oleaginosa e o primeiro exportador de derivados. Além disso, a demanda global por soja segue firme.

A maioria das commodities agrícolas terminou o dia com ganhos. O dólar caiu frente a uma cesta de moedas e, quando isso ocorre, a demanda pelas matérias-primas cotadas na moeda americana tende a se fortalecer. Em Nova York, açúcar e café fecharam quase estáveis.

Dilma e Cuba – Editoriais – Folha de São Paulo- 01/02/2011

Há indícios convincentes de que a presidente Dilma Rousseff optou por marcar sua estreia com algumas diferenças em relação ao antecessor e mentor. Lula iniciou o mandato organizando, no primeiro mês, uma excursão de ministros a favelas e o lançamento do programa Fome Zero. Dilma recolheu-se ao Planalto e a uma rotina gerencial.

A presidente escolheu sua primeira viagem ao exterior, porém, para reiterar correção mais substancial de rumo em tema sensível da política externa petista, direitos humanos. Antes de embarcar para a Argentina, comentou para correspondentes do país vizinho no Brasil a situação de Cuba. Não hesitou em distanciar-se da condescendência que Lula e o petismo mais arcaico reservam à ditadura dos irmãos Castro. "Devemos protestar contra todas as falhas que haja a respeito dos direitos humanos em Cuba", afirmou. Como convém a chefes de Estado, dosou a franqueza da resposta com qualificações. Disse que o regime castrista deu alguns passos e que mesmo o Brasil tem dívidas com os direitos humanos.

Dilma não deixou de lembrar casos de violações sob responsabilidade dos EUA, como Abu Ghraib e Guantánamo. O saldo, contudo, parece satisfatório: a disposição de abandonar o caráter seletivo da abordagem dos direitos humanos por Lula. "Não vou negociar os direitos humanos."

O contraste com o comportamento errático dos últimos oito anos é patente. Lula empenhou-se na defesa de Manuel Zelaya, apeado do poder em Honduras, mas relativizou como briga de torcidas a revolta iraniana contra fraudes na eleição de 2009. No caso de Cuba, desdobrou-se para não condenar o tratamento reservado aos boxeadores Erislandy Lara e Guillermo Rigondeaux, repatriados por seu governo, e a morte por greve de fome do dissidente Orlando Zapata Tamayo, durante sua visita à ilha.

Dilma dera sinais de inconformismo com as evasivas, na primeira entrevista depois de eleita, ao deplorar a condenação a apedrejamento da iraniana Sakineh Ashtiani. Reafirma agora, sobre Cuba, o grau necessário de intransigência na matéria, que não implica violar o princípio de não ingerência nem o interesse nacional de manter relações diplomáticas e comerciais com todos os países.

Há quem atribua a nova orientação à presença de uma mulher na Presidência, ou à sua condição de torturada durante a ditadura militar. Pode-se especular, também, sobre astúcia política e polimento de imagem. É um caso, contudo, em que as motivações interessam menos que o fato.

Agora ou nunca- ELIANE CANTANHÊDE- Opinião – Folha de São Paulo – 01/02/2011

BRASÍLIA - A Câmara reabre hoje com 513 deputados, mais de 20 partidos representados, 18 mil funcionários, 20 comissões temáticas permanentes, mais de 40 provisórias e 551 jornalistas credenciados. Sem falar que a própria Câmara tem TV, rádio, site, Twitter e jornal distribuído pelo país inteiro.

Um mundo, como se vê. Ali são produzidos 20 mil e aprovada uma média de 250 proposições ao ano (incluindo plenário e comissões), muitas dizendo respeito ao presente e ao futuro da nação.

Há, porém, três obstáculos para que esse mundo seja plugado ao mundo real, onde vivem os brasileiros que comem, moram, trabalham, produzem e... votam.

O primeiro é que os escândalos ainda dominam o noticiário político, e a prioridade nacional parece ser a ética e o combate à corrupção. O segundo é que o Executivo (desde sempre) e o Judiciário (cada vez mais) invadem a seara legislativa. E o terceiro é um desajuste da pauta: como falar em novos projetos sem antes discutir a sério as reformas política, tributária e trabalhista?

Dilma já deixou claro que não vai conduzir o debate sobre as reformas e jogou a articulação com o Congresso nas mãos do trio Temer, Palocci e Luiz Sérgio. Por um lado, isso é bom: o Executivo executa, o Legislativo legisla. De outro, é ruim: num presidencialismo como o brasileiro, nada anda sem o patrocínio explícito do governo.

Fernando Henrique Cardoso gastou seus cartuchos logo após a posse para aprovar reformas que nove entre dez políticos achavam impossíveis, como a quebra dos monopólios do petróleo, da telefonia e da mineração. Luiz Inácio Lula da Silva garantiu remendos na Previdência e no regime tributário já no seu primeiro ano, e vem daí a contribuição dos inativos.

O governo é novo, e os deputados estão doidos para mostrar a que vêm. Ou a Câmara vota reformas já ou não vota mais. A melhor aposta é que não vota nunca

Candidatos repetem propostas de sempre na eleição da Câmara - MARIA CLARA CABRAL, CATIA SEABRA E GABRIELA GUERREIRO- Poder-Folha de São Paulo – 01/02/2011

Maia promete valorizar imagem dos deputados, e Mabel fala em construir novo prédio para aumentar gabinetes

Favorito no Senado, Sarney afirma que vai dar continuidade ao processo de "limpeza administrativa" da Casa

DE BRASÍLIA

A campanha para a presidência da Câmara e do Senado foi marcada por propostas muitas vezes repetidas de outras eleições e, em sua maioria, de difícil execução. Os novos presidentes serão eleitos hoje.

Na Câmara, onde disputam dois candidatos da base governista, Marco Maia (PT-RS) e Sandro Mabel (PR-GO) apresentaram propostas que pouco diferem de promessas dos últimos presidentes.

No Senado, José Sarney (PMDB-AP), prestes a ocupar pela quarta vez a presidência, fez uma campanha mais silenciosa já que até à véspera não tinha concorrente. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) se declarou candidato ontem à tarde. Sarney deu sinais públicos de que pretende dar continuidade ao que chama de "limpeza administrativa" da Casa, apesar da reforma com mudanças na estrutura do Senado não ter saído do papel em sua gestão.

Azarão na disputa, Mabel disse que, se eleito, dará início a construção de um novo prédio para aumentar o gabinete dos deputados. A ideia foi apresentada por Arlindo Chinaglia (PT-SP), que comandou a Câmara de 2007 a 2008. Voltou à pauta em 2009, com Michel Temer (PMDB-SP), mas nem a licitação do projeto saiu do papel.

Melhoria dos demais espaços físicos e dos veículos de comunicação também são promessas que não saem das cartilhas dos candidatos.

Um tema mais subjetivo, mas tão recorrente quanto, é a valorização da Casa e de seus deputados. "Valorização da imagem e do papel da Câmara junto à sociedade", diz proposta no site de campanha de Marco Maia.

"Antes tínhamos orgulho de ser deputado, agora, quando entramos no avião temos que tirar o broche de parlamentar", disse Mabel ao recorrer a uma das frases mais ouvidas entre os candidatos no passar dos anos.

Autonomia do Poder Legislativo com relação ao Executivo é outra pauta que está na cartilha dos candidatos.

No manual de conduta da campanha de candidatos azarões, que normalmente contam com o apoio do baixo clero, está a defesa de temas muitas vezes impopulares entre a sociedade, mas que agradam os deputados.

Mabel, por exemplo, além de construir o anexo, promete vincular os subsídios dos congressistas aos dos ministros do STF. Em uma das últimas sessões da Legislatura que acaba agora deputados aprovaram um reajuste em seus próprios salários de 61,8%, elevando os vencimentos de R\$ 16,5 para R\$ 26,7 mil.

Soja começa a perder força com chuva na Argentina e comportamento dos fundos- Fernando Muraro- Mercado –Folha de São Paulo – 01/02/2011

O RETORNO DAS CHUVAS, ENTRETANTO, TORNOU UMA INCÓGNITA O TAMANHO DA SAFRA ARGENTINA

O movimento de altas expressivas observado no mercado da soja desde julho de 2010, e que culminou em janeiro com os maiores preços desde 2008 na Bolsa de Chicago, começa a dar sinais de perda de força. O primeiro deles veio com o retorno das chuvas à Argentina, na segunda quinzena de janeiro.

Tanto que a máxima do contrato com vencimento em maio de 2011 registrada até agora, de US\$ 14,42 por bushel (27,2 kg), foi no dia 13, três dias antes da volta das chuvas.

Os produtores argentinos sofreram para terminar o plantio devido à falta de umidade em novembro e dezembro, especialmente no norte da província de Buenos Aires, nordeste de Córdoba e sul de Santa Fé.

Mas, com chuvas surpreendentes nos últimos 15 dias, os bolsões de seca se foram, e agora as previsões falam em normalidade climática em fevereiro e março. Na primeira quinzena de janeiro, o comentário era de que a safra dos nossos vizinhos caminhava para perdas semelhantes às observadas em 2008/09, quando eles previam produzir 50 milhões de toneladas e acabaram colhendo apenas 32 milhões.

Chegou-se a estimar que a safra atual poderia ser de 40 milhões de toneladas, ante os 52 milhões projetados inicialmente, o que seria mais um desastre em ano de La Niña.

O retorno das chuvas, entretanto, tornou uma incógnita o tamanho da safra da Argentina, já que as lavouras foram beneficiadas pela umidade em diferentes estágios de desenvolvimento.

O sentimento, porém, é de que a quebra de safra, se ocorrer, não será tão grande como a de dois anos atrás. A produtividade deve ser menor, até porque parte da área foi plantada fora de época, mas os problemas maiores parecem ter ficado com o milho.

Outro sinal de que o mercado pode perder força vem dos fundos de investimento.

Eles, que como sempre dão o tom aos preços das commodities agrícolas, começaram a se desfazer de suas posições compradas de modo preocupante. Na última semana de janeiro, eles possuíam contratos futuros e de opções equivalentes a cerca de 38 milhões de toneladas de soja.

Essa posição, já bem inferior ao recorde de 46 milhões de toneladas de novembro, é a menor desde agosto de 2010.

Além disso, é curioso observar que os mesmos fundos estão se desfazendo de suas posições compradas em ouro e prata, que também fizeram novas máximas no início do ano.

Agora, lentamente, eles começam a sinalizar que irão realizar suas posições nas Bolsas de ações dos EUA, leia-se índice Dow Jones e S&P 500.

Se o mercado financeiro enfraquecer, as perdas no mercado da soja podem ser significativas.

Portanto, é tempo de dar muita atenção à comercialização e evitar a negociação no auge da colheita brasileira, entre março e abril

A volta do dragão- Ilan Goldfajn– Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 01/02/2011

Cidadãos do mundo , preparem seus bolsos. A inflação está voltando. Ela vem a reboque do tsunami de aumentos de preços de commodities globais em economias emergentes já aquecidas.

Os antigos remédios para combatê-la – política monetária (juros) e flutuação cambial(deixar apreciar) – estão sob suspeita. Novos remédios experimentais – medidas “macro prudenciais” – estão em uso intenso, sem sabermos ao certo quão eficazes e quais seus efeitos colaterais. O risco de uma parada mais brusca na atividade futura para combater a inflação aumentou.

O fenômeno é global. Os preços das commodities subiram por várias razões . No começo ,pelos juros baixos no mundo (EUA,Europa,Ásia) e pela depreciação do dólar, que induziram a compra de ativos “reais”.Recentemente, os preços estão subindo pelo crescimento econômico e pelos problemas climáticos globais. Há poucos meses a preocupação era com a volta da recessão nos EUA,chamada de mergulho duplo (double dip). Não só a recessão foi evitada,como o crescimento nos EUA no último trimestre do ano foi muito forte. O mundo parece que estava despreparado para a volta do crescimento simultâneo das economias maduras (EUA, etc.) e das emergentes (que crescem fortemente e demandam mais commodities para a urbanização crescente da sua população). A inflação, quando é global, costuma ser de ninguém. Não se identificamos responsáveis individuais pelo excesso de demanda global. Cada país percebe a inflação como um choque externo. O viés é deixar o outro combatê-la.

No caso da inflação de commodities,esse comportamento é institucionalizado: faz parte das regras dos bancos centrais retirá-lo do índice de inflação e combater a inflação do que sobrou (o núcleo). Como se toda a inflação de commodities fosse temporária, resultante de choques de oferta.

O problema de inflação é mais agudo nas economias emergentes. Enquanto o risco nas economias maduras era de falta de crescimento, as emergentes deram-se ao luxo de sobre aquecer sua economia, estimulando-a para além da resposta à crise de 2008.O sobreaquecimento era incentivado. As economias maduras precisavam de estímulos externos para a sua retomada. Mas agora a retomada é global. As economias emergentes enfrentam choques inflacionários globais em economias já vulneráveis à inflação doméstica(serviços,por exemplo), precisando desaquecer.

O risco atual nas emergentes é a inflação subir em excesso. E para evitar corroer o poder de compra da população as autoridades econômicas precisarão desacelerar suas economias além do previsto. Nesse processo de desaquecimento, podem até errar a mão (desaquecer demais ou de menos). O risco é maior desta vez. Novos instrumentos estão sendo adotados, com resultados menos estudados.São medidas administrativas,como a elevação dos compulsórios, exigências regulatórias que encarecem o crédito e/ou reduzem o prazo do financiamento.

Essas novas medidas são denominadas macro prudenciais porque foram idealizadas para prevenir crises financeiras futuras, como a que culminou com a quebra do Lehman Brothers. Hoje seu uso está se deslocando para políticas anticíclicas, de reação ao sobreaquecimento, não prevenção. Com medidas anticíclicas é difícil estimar precisamente seu efeito sobre a economia, há muita incerteza.

O uso crescente de medidas administrativas (macro prudenciais)ocorre também como consequência da crise financeira e da reação dos EUA. Na saída da crise, com a redução dos juros básicos a zero,restou a política monetária do Federal Reserve (Fed) de

estimular a economia via expansão monetária, cujo último objetivo era estimular a economia via redução das taxas de juros mais longas também (a taxa de dez anos caiu para quase 2% no auge do efeito). Com a queda dos juros americanos houve uma força para sair dos ativos americanos em direção a ativos no mundo, o que ajudou a depreciar o dólar e apreciar as moedas nos outros países. As economias emergentes resistiram (e têm resistido) à apreciação cambial via intervenção (compra de reservas, além de outras medidas), numa batalha que foi denominada “guerra cambial”.

O problema dessa “guerra cambial” é que ela induz a políticas que podem potencializar o problema da inflação. A manutenção do câmbio num patamar fixo, independente do mérito dessa política por outras razões, impede o câmbio de absorver parte da subida das commodities no mundo via apreciação e permite que a inflação de commodities se transfira integralmente para os preços domésticos. Além disso, como a preocupação é com os fluxos de capital, subidas de juros são evitadas para não atrair mais capital. Portanto, a política monetária fica viesada para adotar mais medidas administrativas e menos subidas de juros.

Mas a adoção de medidas administrativas não é de graça. No passado, essas medidas haviam sido preteridas pelos instrumentos de preço, como a taxa de juros, por que eram menos gerais (afetavam determinados setores) e induziam distorções na economia (geradas pelas tentativas de burlar as políticas).

Interessante, os juros americanos voltaram a subir (juros de dez anos perto de 3,5%) e os motivos iniciais para evitar os instrumentos tradicionais perderam força. Há menos incentivo para a saída de capital dos EUA. Não há razão para os juros não voltarem a ser o instrumento principal das emergentes, como antes. Mas, ao estilo de dom Quixote, a batalha continua. Países como a Turquia chegam ao limite de reduzir juros para combater a inflação, justificando o ato com medidas administrativas compensatórias.

Em suma, as crises têm sempre seus legados. O pêndulo às vezes atinge o outro extremo. Desta vez, temos mais inflação e o uso excessivo de medidas macro prudenciais. Mais adiante, o risco é uma parada mais brusca da atividade do que o planejado nas economias emergentes.

*

ECONOMISTA-CHEFE DO ITAÚ e UNIBANCO E SÓCIO DO ITAÚ BBA

Dilma vai trocar toda a diretoria de Furnas – Luciana Nunes Leal - Nacional – O Estado de São Paulo – 02/02/2011

Planalto decide radicalizar na tentativa de acabar com disputa por comando da estatal

A disputa pelo comando de Furnas Centrais Elétricas, que provocou uma guerra entre grupos do PT e do PMDB, fez a presidente Dilma Rousseff tomar uma decisão radical: trocar não apenas o presidente, mas também os cinco diretores, e rejeitar qualquer indicação política.

Diante desse quadro, os partidos estão em busca de técnicos do setor elétrico. A tentativa é manter a influência no segundo escalão do governo, mas, ao mesmo tempo, seguir o discurso da solução técnica.

O PMDB sabe que não haverá lugar em Furnas para Hélio Costa, candidato derrotado ao governo de Minas Gerais, mas insiste em emplacar o novo presidente da estatal com perfil técnico que agrade ao Planalto. Os petistas não se opõem a esse arranjo, desde que o indicado não seja ligado ao deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), com quem estão em conflito aberto.

Na posse dos novos parlamentares em Brasília, o nome do técnico Flávio Decat, ex-diretor de distribuição da Eletrobrás, circulou como favorito para assumir Furnas no lugar do atual presidente, Carlos Nadalutti. Fontes do PMDB e do Ministério das Minas e Energia, no entanto, afirmaram que a articulação tinha o aval do senador José Sarney e da presidente Dilma, mas que os peemedebistas do Rio haviam reagido negativamente, congelando a negociação.

Depois de tomar posse ontem como deputado, o tucano Antonio Imbassahy (BA) redigiu o requerimento para abertura de uma CPI para investigar operações suspeitas em Furnas e promete começar hoje a colher as assinaturas necessárias.

“A troca de acusações foi grave. Fui do setor elétrico, conheço a alta qualidade dos técnicos da empresa. Seria um serviço ao País que se pudesse explicar tudo de forma clara”, disse o tucano, ex-presidente da Eletrobrás, em referência a um dossiê com diversas acusações relativas à gestão atual estatal.

Tempo de bonança para o sojicultor – Camila Moreira – Agrícola – O Estado de São Paulo – 02/02/2011

Preços prometem ser os melhores da história. Nem câmbio desfavorável deve diminuir a rentabilidade nesta safra

A forte valorização da soja na Bolsa de Chicago tem anulado o efeito da queda do dólar no Brasil e favorecido os produtores do País. Eles terão rentabilidade elevada nesta safra 2010/2011, próxima aos recordes do setor, conforme analistas. “O preço bom em Chicago tem neutralizado o câmbio e faz com que as projeções de rentabilidade sejam muito boas. Em Mato Grosso e Goiás a rentabilidade está entre as maiores da história”, diz a analista da AgRural Daniele Siqueira, analista da AgRural.

Após várias intervenções do Banco Central, como os leilões de compra e de swap reverso, o dólar subiu de forma moderada em janeiro (alta de 1,32% até sexta-feira). Em Chicago, o contrato maio da soja praticamente não se moveu no mesmo período: queda de 0,05%.

Mas quando tomadas as comparações anuais as diferenças são contundentes. Nos últimos 12 meses, enquanto o dólar se desvalorizou 10%, o preço da soja em Chicago disparou 51%. Isso se refletiu na formação do preço interno. O indicador da soja calculado pela Esalq/USP, referência para o mercado doméstico, fechou na sexta-feira, dia 28, em US\$ 49,55 a saca, um valor 32,6% maior que os R\$ 37,36 apurados na mesma data em 2010. Em dólares, o preço da saca saltou 47%, de US\$ 20 para US\$ 29,41 nas mesmas bases de comparação.

De acordo com a AgRural, a rentabilidade em Sorriso (MT) deve alcançar nesta safra 45%, ou R\$ 556 por hectare, o que representa a maior margem da série histórica da consultoria para a região, superando os 43% da safra 2003/2004, quando a empresa iniciou seus levantamentos. Em termos absolutos, a margem foi de R\$ 470 naquele ano. Em Rio Verde, Goiás, a previsão é de margem de 73%, ou R\$ 848 por hectare, valor que fica atrás apenas dos 90%, ou R\$ 948 por hectare, registrado em 2007/2008.

Preço das commodities sobe 4,05% em janeiro – Fabio Graner – Economia – O Estado de São Paulo – 03/03/2011

Depois de subirem mais de 5% em dezembro, as commodities produzidas pelo Brasil deram mais um salto em janeiro. O Índice de Commodities do Banco Central composto (IC-Br), que calcula a variação em real dos produtos primários brasileiros que têm negociação no exterior, teve alta de 4,05% em janeiro, atingindo 158,25 pontos (o indicador é calculado em uma base 100). No acumulado dos últimos 12 meses, o IC-BR teve alta de 33,6%.

O destaque foi o segmento agropecuário, com alta de 4,4% em janeiro. Em 12 meses, esse indicador registra avanço de 47,96%. OIC-BR de metais subiu 3,52% no mês passado e 19,11% em 12 meses. OIC-BR de energia avançou 3,40% em janeiro, com elevação de 12,47% nos últimos 12 meses. O economista-chefe do banco BBM, Tomás Brisola, explicou que a alta das commodities não foi totalmente repassada para o varejo e, por isso, é um fator a mais depressão no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que baliza a política monetária brasileira.

“Creio que ainda há um efeito por vir”, disse Brisola. Ele destacou que o impacto das commodities se dá em um ambiente de economia aquecida e mercado de trabalho apertado. “As commodities são um obstáculo a mais para a queda da inflação”, disse Brisola, que projeta que o IPCA em 2011 ficará próximo de 6,5%, o teto da meta inflacionária.

Para a analista de inflação do Itaú Unibanco Laura Haralyi boa parte da alta das commodities já foi incorporada ao IPCA e o cenário é de que esses preços fiquem em estabilidade neste ano. Ela destaca que o principal componente que puxou para cima as commodities foi o segmento de agropecuária, que também deverá se acomodar neste ano, a não ser que haja uma surpresa climática.

Mesmo que as commodities confirmem o cenário do Itaú de variação próxima de zero neste ano, a avaliação é de que os preços devem seguir elevados. Ou seja, a inflação pode não ter tanta pressão, já que ela por definição é calculada pela variação de preços, mas o peso no bolso do brasileiro dos elevados preços desses produtos continuará sendo sentido.

Mantega quer apoio contra regulação de commodities- Patrícia Campos Mello- Mercado- Folha de São Paulo - 03/02/2011

Em reunião com secretário dos EUA, ministro tenta brechar proposta francesa. No encontro, ministro da Fazenda também falará de preocupações com câmbio e com pacote americano.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, buscará apoio dos EUA para brechar a proposta do presidente francês, Nicholas Sarkozy, de regular os preços mundiais das commodities. Isso ocorrerá em reunião com o secretário do Tesouro americano, Timothy Geithner, na segunda, em Brasília.

Geithner visitará São Paulo e Brasília, em preparação para a visita do presidente Barack Obama, que virá ao país no mês de março.

Na presidência do G20, Sarkozy está propondo medidas para reduzir a especulação nos mercados de commodities e, com isso, combater a alta mundial dos preços de alimentos.

O governo brasileiro, grande exportador de commodities, opõe-se a uma intervenção pesada no mercado de commodities. Os EUA, exportadores líquidos de alimentos, também resistem à ideia de grandes intervenções.

Brasil e EUA estão alinhados na questão das commodities, mas divergem em relação à questão cambial.

O ministro da Fazenda vai voltar a abordar com Geithner suas preocupações com os efeitos do estímulo monetário adotado pelos EUA, que injetaram US\$ 600 bilhões na economia americana no fim do ano, o que estaria levando à valorização de moedas de países emergentes.

Mantega acredita que tanto o excesso de liquidez da economia americana como a desvalorização da moeda chinesa estão pressionando a cotação dessas moedas. Geithner também se encontrará com a presidente Dilma Rousseff e começará a discutir a agenda do encontro com Obama.

Além de Dilma, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, receberá a visita do secretário do Tesouro. Debaterão a reforma de instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial e o crescimento econômico global. A agenda prevê que Geithner estará em São Paulo pela manhã para se encontrar com economistas e empresários. De lá, ele segue para evento na FGV. O retorno a Washington está programado para o mesmo dia.

Energia eólica valoriza terras no RN- Anna Ruth Dantas – Economia – O Estado de São Paulo- 06/02/2011

Investidores compram ou alugam áreas para instalações dos parques; valorização deve crescer, pois em maio ocorrerá leilão de energia

A valorização das áreas produtivas no Rio Grande do Norte, surge, principalmente, com a instalação dos parques de energia eólica. A avaliação é do secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Benito Gama. “Temos um investimento previsto de R\$ 8 milhões em energia eólica.

São 79 parques com energia já medida e confirmada para capacidade de produção. Essas áreas de implantação dos parques estão se valorizando. Os investidores compram ou alugam os terrenos”, disse.

Gama destacou que a tendência é de uma valorização ainda maior, já que em maio ocorrerá um leilão de energia eólica.

Se na energia eólica a tendência é de valorização maior, na carcinicultura (criação de camarões) a expectativa de aumento das vendas dos terrenos é frustrada pela dificuldade que os empresários têm de conseguir licenciamentos e financiamentos para produção. Embora o setor esteja voltando a crescer, o aumento das vendas não se reflete na valorização dos terrenos.

O presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Camarão, Itamar Rocha, explicou que essa manutenção dos preços das áreas se deve as dificuldades encontradas pelos produtores para conseguir financiamentos bancários e licenciamento ambiental. “Veja que no ano de 2010 não saiu nenhum financiamento para produtores do Rio Grande do Norte”, destacou. Rocha observou ainda que as licenças ambientais emperram muito a chegada de novos negócios.

Enchentes.

Além das dificuldades de legalização do negócio e liberação de recursos para atividade, os carcinicultores também enfrentam o problema das enchentes. Na época de chuvas mais intensas, as fazendas de camarão sofrem alagamentos.

A expectativa do presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Camarão é que o setor retome o mercado conquistado antes da crise. Em 2010, no Rio Grande do Norte, um dos principais estados produtores, foram 20 mil toneladas de camarão. No

entanto, apenas 1,6 mil toneladas foram para o mercado exportador. “Chegamos a exportar 20 mil toneladas, mas ano passado foram apenas 1,6 mil. Ainda bem que o mercado interno se aqueceu para absorver a produção que caiu devido ao câmbio (valorização do real perante o dólar)”, disse Rocha.

Isolado, programa social não é solução única – Renata Bichir – Poder – Folha de São Paulo – 06/02/2011

Estado deve rever modelo de ensino conjugado a aumento do benefício

A exigência de contrapartidas daqueles que recebem o Bolsa Família é defendida por muitos devido à sua contribuição ao desenvolvimento de capital humano das famílias no longo prazo.

Para além do alívio imediato da pobreza, por meio das transferências monetárias, garantir que crianças e jovens frequentem a escola e tenham atenção básica de saúde implica reconhecer que o bem-estar das famílias envolve múltiplas dimensões, incluindo a responsabilidade do Estado pela prestação de serviços básicos.

Controlar de fato o cumprimento das condicionalidades associadas ao Bolsa Família é um grande desafio operacional, especialmente em municípios grandes como São Paulo.

Os órgãos que gerenciam o programa não são os mesmos que controlam a educação e a saúde.

É um desafio ter um fluxo de informação azeitado entre eles e, quando ele falha, há risco de o município deixar de receber recursos federais para o programa. Diversas causas podem ter gerado a queda de frequência escolar apontada. É certo que o aquecimento da economia aumenta os incentivos para que os jovens busquem trabalho e abandonem os estudos.

Nesse sentido, o aumento do valor dos benefícios do Bolsa Família -uma das promessas do governo Dilma Rousseff- poderia contribuir para frear essa queda na frequência escolar dos jovens beneficiários.

Por outro lado, cada vez mais deve ser discutido o modelo de ensino oferecido nas escolas públicas brasileiras, já que a evasão escolar também pode estar associada à baixa qualidade e mesmo à inadequação dos conteúdos ao cotidiano dos alunos, especialmente daqueles de mais baixa renda.

Rever o modelo de ensino oferecido nas escolas públicas brasileiras seria uma maneira de atacar essa frente do problema em questão.

Essa, no entanto, é uma discussão que está além do Bolsa Família. Por mais bem-sucedido que seja, programa algum deve ser encarado como panaceia - uma solução única que dá jeito em tudo. Mais promissor é articular diferentes políticas sociais.

Cai presença na escola de jovens do Bolsa Família- Poder – Folha de São Paulo – 06/02/2011

Percentual com frequência mínima foi de 95,1% em 2008 para 91,7% em 2010

Para que os pais tenham direito ao benefício, jovens de 16 e 17 anos devem frequentar ao menos 75% das aulas

Cortadores pedirão curso remunerado- Venceslau Borlina Filho – Folha Ribeirão – Folha de São Paulo – 07/02/2011

Solicitação será incluída na pauta a ser apresentada pelos sindicatos às usinas de São Paulo a partir de maio

Se aprovado, usinas terão de manter os pagamentos aos empregados para que possam se especializar

A Fetaesp (Federação dos Trabalhadores Rurais de São Paulo) incluiu na pauta de reivindicações dos trabalhadores canavieiros do Estado a licença remunerada para cursos de qualificação.

O documento será usado para negociação salarial pelos sindicatos do Estado no dissídio com as usinas, em maio. Pela pauta, as usinas terão de manter o pagamento aos funcionários para que possam se especializar em funções ligadas ao setor ou buscar nova atividade, até no comércio ou indústria.

O avanço da mecanização nas lavouras e o conseqüente desemprego foram os principais motivos para o pedido. Outra solicitação é dar cursos para manter o trabalhador na zona rural. Calcula-se que, para cada nova colhedeira, 180 perdem o emprego.

E, como o prazo para mecanização do corte no Estado vence em 2014, a urgência bateu à porta dos sindicatos. Por isso, a Fetaesp se reuniu com o governador Geraldo Alckmin (PSDB) para cobrar uma política de qualificação.

A Unica (entidade das usinas) informou que mantém em parceria com as usinas programas de qualificação e que a meta anual é atender 7.000 trabalhadores.

Calendário de contrapartidas do Bolsa Família abre nesta segunda-feira – Sítio Eletrônico do MDS – 07/02/2011

Gestores devem informar o acompanhamento da saúde de 10,5 milhões de beneficiários a partir do dia 7 de fevereiro. Já a data para inserir informações sobre a frequência escolar começa a partir de 18 de março

Brasília, 7 - As prefeituras de todo o País devem ficar atentas para os prazos de informação das condicionalidades do Bolsa Família em 2011. O acompanhamento das agendas de saúde e o monitoramento da frequência escolar de alunos beneficiados pelo programa de transferência de renda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é tarefa dos municípios.

O monitoramento das ações de saúde, que é semestral e abrange 10,5 milhões de famílias, pode ser feito a partir desta segunda-feira, dia 7. O prazo termina em 2 de julho. O sistema para registro da frequência escolar, bimestral, abre em 18 de março (confira quadro abaixo).

As condicionalidades são as contrapartidas que as famílias devem cumprir para receber a transferência de renda do Bolsa Família. No que se refere à saúde, crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e receber acompanhamento constante, assim como gestantes e mulheres em fase de amamentação. Já famílias que têm filhos com idades entre 6 e 17 anos têm que manter as crianças e adolescentes na escola e comprovar

assiduidade. A frequência escolar para alunos entre 6 aos 15 anos deve atingir 85% das aulas. Para adolescentes com idades de 16 e 17 anos, deve ser de 75%.

Aos municípios cabe assegurar a oferta dos serviços de saúde e educação a todas as famílias e fazer o acompanhamento e o registro nos sistemas dos ministérios da Saúde e da Educação, parceiros na gestão do Bolsa Família. A definição dos calendários para acompanhamento das contrapartidas facilita o planejamento das atividades para os municípios, propiciando a fixação de um cronograma de ações operacionais e permitindo a coleta, o registro e a análise das informações sobre as famílias beneficiárias com mais antecedência.

Esforço - “É importante que o agente de saúde no município que faz o acompanhamento da família, ao identificar ausência de acesso à saúde – que uma criança não foi vacinada ou uma gestante não foi devidamente acompanhada no pré-natal –, se esforce para oferecer o serviço e regularizar a situação”, salienta o coordenador-geral de Acompanhamento das Condicionalidades do Bolsa Família, Rodrigo Lofrano Alves dos Santos.

No que se refere à educação, por tratar-se de início do ano letivo, é importante que as famílias informem alterações nos dados de crianças e adolescentes – se houve mudança de escola ou das séries escolares. As informações precisam ser permanentemente atualizadas.

Para obter outras informações ou esclarecer dúvidas, os gestores podem entrar em contato com o MDS por meio do número (61) 3433.1500.

Acesse o boletim: [Informações sobre a saúde de beneficiários do Bolsa Família já podem ser enviadas ao Governo Federal](#)

Rogéria
(61)

de

Paula
3433-1105

Ascom/MDS

www.mds.gov.br/saladeimprensa

Acompanhamento saúde		
Período	Abertura do sistema	Fechamento do sistema
Janeiro a junho (1º semestre)	07/2/2011	02/7/2011
Julho a dezembro (2º semestre)	01/8/2011	30/12/2011

Acompanhamento educação		
Período escolar	Abertura do sistema	Fechamento do sistema

Fevereiro e março	e	18/3/2011	29/4/2011
Abril e maio		20/5/2011	29/6/2011
Junho e julho	e	20/7/2011	29/8/2011
Agosto e setembro	e	20/9/2011	31/10/2011
Outubro e novembro	e	17/11/2011	22/12/2011

AGRICULTORES FAMILIARES E MDS JUNTOS PARA ELIMINAR A POBREZA NO BRASIL- Sítio eletrônico da Contag - 08/02/2011

Em reunião com a ministra Tereza Campello, a Contag dialogou sobre o Programa Nacional de Erradicação da Pobreza. A executiva da Contag se reuniu nessa segunda-feira (07), com a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, e apresentou as necessidades que MSTTR em relação ao Programa Nacional de Erradicação da Pobreza. A tônica da reunião e do discurso defendido pelos representantes dos trabalhadores (as) rurais é para que o campo esteja seguramente incluso no programa. Durante campanha eleitoral de 2010, a atual presidenta da república, Dilma Rousseff, assegurou que a luta contra a miséria seria a prioridade de seu governo. E, portanto, a Contag, que é a maior representante sindical da classe trabalhadora rural, em audiência com a ministra Tereza Campello cobrou mais uma vez que o meio rural tenha atenção especial. Pois, segundo dados de 2004, da Fundação Getúlio Vargas, mais de 47,4 milhões de brasileiros (as) vivem abaixo da linha da pobreza, sendo que 26,9% desse total encontram-se no meio rural. “Pensar na erradicação da pobreza no campo envolve habitação, assistência social, saúde, acesso a crédito e muitas outras diretrizes que constam em nosso Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário”, ponderou o presidente da Contag, Alberto Broch, anunciando uma série de temas que foram atentamente ouvidos pela ministra. Também participou da reunião o secretário de Política Agrícola da Confederação, Antoninho Rovaris. Segundo o dirigente, o agricultor (a) familiar não conseguiu se apropriar da recente alta mundial no preço de alimentos, e isso aumenta a pobreza no campo. Rovaris também enumerou alguns pontos que não podem ser esquecidos no programa, como a questão da habitação rural, fator preponderante na fixação do homem no meio rural. “A assistência técnica também precisa ser repensada, em relação à política agrícola, esse é nosso grande gargalo”, finalizou. A audiência tornou-se um bate-papo, entre a Contag e o governo, que mostrou-se comprometido em buscar soluções para as reivindicações pautadas pelo movimento sindical do campo. No escopo das políticas sociais, o secretário da pasta, José Wilson, relatou que a assistência social, ainda é pensada apenas para a população urbana, sendo que o meio rural também precisa de

cuidados. O sindicalista apontou a necessidade de que o BolsaFamília, além de contribuir com a distribuição de renda, ofereça preparação e formação profissional. O secretário de política social também cobrou mais capilaridade em relação ao programa de construção de cisternas e foi firme ao demandar um comprometimento com a regularização fundiária. “Pois não há como acessar qualquer programa social sem que o trabalhador rural esteja regularizado”, enfatizou. De acordo com a ministra Tereza Campello, o plano nacional de erradicação da pobreza vai levar em conta as especificidades do campo e de todos os segmentos da sociedade. Segundo Campello, o ministério do Desenvolvimento Social terá uma agenda audaz durante esse governo. A ministra explicou que o MDS incorporou todas as reivindicações da Contag, mas parou o prosseguimento à uma vida digna no campo, as políticas precisam ser estruturantes. “É preciso ter água e moradia, recuperação de solo, sementes de qualidade e assistência técnica, todas as políticas precisam ter base para não se perder no tempo”, afirmou. O presidente Alberto Broch, considerou a conversa muito produtiva. Houve, inclusive, uma sinalização por parte do governo para ajudar a resolver antigos problemas levantados pelo MSTTR. “Vamos continuar dialogando e buscando soluções para nossos entes”, adiantou.

Fonte: Agência Contag de Notícias - Suzana Campos

G-20 muda para G-Zero e vira área de conflito, afirma Roubin – Gustavo Chacra – Economia – Estado de São Paulo – 08/02/2011

Economista que previu crise global diz em artigo que EUA não lideram mais o planeta e que falta um substituto

O G-20, que nos últimos anos passou a ser visto como o grupo representante das nações líderes no planeta, deve se converter “em uma arena de conflito, e não do compromisso”. A avaliação é do economista Nouriel Roubini, respeitado por ter previsto a crise financeira internacional, e de Ian Bremmer, presidente da consultoria de risco político Eurasia, a maior dos Estados Unidos.

Em artigo publicado conjuntamente ontem na revista ‘Foreign Affairs’, considerada a mais influente na área de relações internacionais, Roubini e Bremmer afirmam que depois da “crise financeira, os Estados Unidos não são mais os líderes da economia global e nenhuma outra nação tem a mesma influência para substituir” os americanos.

Com o título de “G-Zero World”, Roubini e Bremmer afirmam no artigo que, “nos últimos meses, o grupo das economias líderes (G-20) deixou de ser um concerto de nações para se transformar em uma cacofonia de vozes competindo entre si”. Tampouco dá para pensar em G-2, envolvendo a China e os EUA, segundo o economista e o analista de risco político. “Pequim não tem interesse em aceitar o peso que vem acoplado com a liderança internacional”, dizem.

Os autores explicam ainda como as antigas potências ocidentais decaíram e hoje perderam a capacidade de influenciar o resto do mundo. “No passado, os EUA podiam usar a sua força econômica e militar global para forçar a cooperação global, mas hoje não possuem mais os recursos para manter esta posição.”

Salvação.

“A Europa está totalmente ocupada tentando salvar a zona do euro. E o Japão enfrenta graves problemas econômicos e políticos domésticos”, afirmam Bremmer e Roubini, que é professor da Universidade de Nova York.

Segundo os analistas, não há mais soluções para os desafios globais sem o envolvimento de forças emergentes “como o Brasil, a China e a Índia”. “Mas estes países estão focados em desenvolvimento doméstico para querer ter responsabilidades externas”, explicam.

Para Roubinie Bremmer, “nós vivemos no mundo do G-Zero, onde nenhum país ou bloco de países tem a influência política ou econômica para comandar a agenda internacional. O resultado será a intensificação de conflitos globais sobre assuntos importantes como a coordenação macroeconômica internacional, reforma das regulamentações financeiras, políticas de comércio exterior e mudanças climáticas”.

Como um dos exemplos, eles citam a irritação do Brasil com os programas de subsídios americanos para a agricultura. “O consenso de Washington está morto, mas nunca teremos um consenso de Pequim”, dizem os dois. Para concluir, afirmam que “aerado G-Zero produzirá muito mais conflito do que qualquer coisa que se assemelhe a BrettonWoods”, numa referência ao acordo no fim da Segunda Guerra para estabelecer a nova ordem financeira internacional

Pressão sobre o Congresso terá reforço do MST – Daniela Lima – Poder – Folha de São Paulo – 09/02/2011

As centrais sindicais estão convocando movimentos sociais para participar de ações contra a proposta do governo para o reajuste no valor do salário mínimo. Com o fim das negociações com o governo, a ideia agora é direcionar a pressão para os congressistas em conjunto com entidades como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e UNE (União Nacional dos Estudantes).

"Achávamos que o governo não queria isso. Mas, se está querendo, não tem problema. Vamos para dentro do Congresso defender o nosso ponto de vista", afirmou o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Artur Henrique.

Na noite de ontem, o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical, se reuniu com dirigentes do MST. A CUT, por sua vez, já esteve com a UNE.

A intenção é dar início, já na próxima semana, a eventos em todo o país. As centrais iniciaram a negociação defendendo o valor de R\$ 580 para o mínimo, mas sinalizaram que, se o governo subisse sua proposta, haveria possibilidade de acordo. O governo, porém, permaneceu irredutível nos R\$ 545 oferecidos.

Henrique também afirmou que a mobilização não simboliza um rompimento com o governo ou com acordos firmados na gestão do ex-presidente Lula.

Preços internacionais do milho devem seguir elevados em 2011 – Leonardo Sologuren – Mercado – Folha de São Paulo – 15/02/2011

O mercado observou uma nova escalada dos preços internacionais do milho na semana passada. A divulgação do último relatório de oferta e demanda de grãos pelo Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) foi o principal motivador.

O órgão voltou a reduzir sua estimativa para os estoques americanos, devido à maior demanda por milho para a produção de etanol.

A consequência foi o rompimento do patamar de US\$ 7 por bushel na Bolsa de Chicago. Tal comportamento mostra-se semelhante ao observado no primeiro semestre de 2008, antes do estouro da crise imobiliária nos Estados Unidos.

Apoiando-se nos mesmos motivos justificados em 2008, o mercado alega que o aumento da demanda suporta as fortes valorizações nos preços das commodities.

De fato, o consumo dos países emergentes, puxado principalmente pela China, torna os fundamentos de mercado sólidos para a apreciação dos preços. Mas a grande preocupação agora diz respeito ao limite para essas altas e o consequente movimento especulativo. Diversos especialistas do mercado financeiro acreditam que a escalada dos preços das commodities não tem data para acabar, o que gera uma reflexão sobre a dinâmica do mercado.

Paira no ar a dúvida se os preços sobem apenas fundamentados pela demanda ou se a apreciação das commodities passa a ser uma autoprofecia, protagonizada pelos próprios fundos que emitem os relatórios divulgando suas projeções de preços.

O fato é que o movimento de alta de preços deverá permanecer, apoiado ainda pelo comportamento de desvalorização global do dólar. Efetivamente, a relação entre estoque e consumo -indicador que mostra quanto da demanda pode ser atendida pelo nível atual de estoque de passagem- mostra-se muito apertada nos Estados Unidos. Por si só, o milho justificaria sua escalada de preços.

No entanto, o que se observa é uma alta generalizada dos preços das commodities, com o movimento de precificação tendo interferência cruzada.

Ou seja, muitas vezes a alta do preço de uma commodity puxa o valor de outra, sem necessariamente haver uma relação direta. A impressão que se tem é que os fundos formaram uma cesta de commodities que passam a seguir um único caminho de precificação, ora justificado pela demanda de matéria-prima nos países emergentes, ora justificado por um movimento de proteção monetária à medida que o dólar se desvaloriza.

Diante desse cenário, os preços do milho no mercado internacional devem seguir em patamares ainda bastante elevados em 2011, mesmo diante da possibilidade de aumento de área nos Estados Unidos.

O crescimento da demanda global pelo cereal, em conjunto com a lógica de precificação adotada pelos fundos de investimento, justificará as altas cotações.

Alta do feijão deve voltar no segundo semestre – Mauro Zafalon – Mercado – Folha de São Paulo – 15/02/2011

A forte alta do preço do feijão -que o transformou em um dos vilões da inflação em 2010- pode se repetir no segundo semestre deste ano.

Segundo o analista Vlamir Brandalitze, da consultoria Brandalitze, o aumento de preços, que em 2010 começou em setembro, pode até ser antecipado em 2011.

O motivo: problemas climáticos devem reduzir a produção estimada inicialmente, enquanto o consumo continuará crescendo, impulsionado pelo aumento da renda.

Depois do atraso no plantio, devido à seca, agora o excesso de chuvas prejudica a colheita da primeira safra de feijão, que tem perdas de produtividade e de qualidade. A estimativa de Brandalitze para a primeira safra caiu de 1,25 milhão para 1,07 milhão

de toneladas, o que levou a consultoria a também rever a projeção para a safra total de feijão de 2011.

O Brasil deve produzir 3,17 milhões de toneladas, pouco acima da safra anterior (3,15 milhões de toneladas), mas abaixo do consumo nacional, projetado em 3,4 milhões de toneladas.

"O deficit entre produção e consumo deve ser ainda maior neste ano, o que pode antecipar as altas de preço", diz Brandalitze. No ano passado, o consumo ficou em 3,2 milhões de toneladas.

Para suprir a demanda, o país deve importar cerca de 120 mil toneladas de feijão preto da Argentina e os estoques da Conab, de 145 mil toneladas, devem ser usados. Mesmo assim, o aperto no abastecimento no segundo semestre -período de menor oferta de feijão- é certo, segundo Brandalitze.

Falta incentivo 1 A baixa qualidade do feijão que está sendo colhido derruba os preços. A maioria dos negócios sai entre R\$ 60 e R\$ 65 por saca, abaixo do preço mínimo de R\$ 80, segundo a consultoria Brandalitze.

Falta incentivo 2 Com a baixa remuneração do feijão, produtores da região Sul e de Minas Gerais devem migrar para o cultivo da segunda safra de milho, que tem preços altos e potencial de exportação.

Mais algodão As importações de algodão seguem aquecidas neste mês. A média diária está em US\$ 4,5 milhões, o dobro dos US\$ 2,2 milhões importados por dia em janeiro, segundo a Secex.

Consumo em alta O Brasil também está comprando mais leite e derivados do exterior. A média diária de importações soma US\$ 2,9 milhões -aumento de 20% em relação ao mês passado.

Ritmo lento Apesar do alto preço, a receita obtida com as exportações de soja neste mês estão 32% menores do que em fevereiro de 2010. Pela média diária, o país exportou US\$ 22 milhões neste mês, ante US\$ 32 milhões há um ano. Segundo a Céleres, o volume exportado em janeiro ficou abaixo da média em cinco anos.

OLHO NO PREÇO COTAÇÕES

Mercado Interno

ALGODÃO (R\$ por arroba) 37,21

TRIGO (R\$ por saca) 26,62

Nova York

CACAU (US\$ por tonelada) 3.400

AÇÚCAR (cent.de US\$)* 30,91*por libra-peso

CHUMBO +4,20% **Ontem, em Londres**

NÍQUEL +3,04% **Ontem, em Londres**

Zoellick diz que inflação gera pobreza – Valor Econômico – Internacional – 16/02/2011

Agências internacionais

O aumento dos preços dos alimentos fez com que, entre junho e dezembro do ano passado, 44 milhões de pessoas caíssem abaixo do limite da pobreza, disse o Banco Mundial (Bird).

Os custos dos alimentos continuam aumentando até os níveis de 2008, quando os picos alcançados pelos preços da comida e do petróleo causaram estragos para os pobres, assinala o Banco Mundial, que divulga estas cifras antes do encontro dos ministros das Finanças do G-20 nesta semana.

“Os preços mundiais dos alimentos estão subindo a níveis perigosos e ameaçam milhões de pobres em todo o mundo”, afirma o presidente do Bird, Robert Zoellick, em comunicado.

Após ano de recuperação, indústria de defensivos espera crescer em 2011 – Mauro Zafalon – Mercado _ Folha de São Paulo – 17/02/2011

O mercado de defensivos agrícolas recuperou, em 2010, os valores de 2008. Após queda de 7% em 2009, o faturamento do setor cresceu 9% no ano passado e atingiu US\$ 7,2 bilhões, segundo o Sindag (sindicato da indústria de defesa agrícola).

Os números sugerem uma evolução do volume vendido -não divulgado pelo Sindag-, mas a valorização cambial resultou em compressão de margens para a indústria instalada no Brasil. Em reais, as vendas tiveram queda de 3% em relação a 2009, para R\$ 12,4 bilhões.

As vendas de herbicidas, em reais, foram as que mais sofreram em 2010, com retração de 10%. Já a comercialização de fungicidas, demandados para controle da ferrugem da soja, subiu 5% e chegou a R\$ 3,7 bilhões.

A soja, aliás, continuou dominando a entrega de defensivos, concentrando 46% do total, seguida pela cana (11%), milho (10%), algodão (10%), e café e citros, ambos com 4% de participação.

Entre as regiões compradoras, o Mato Grosso foi, pelo sétimo ano consecutivo, o maior consumidor, com 20% do total. E o Paraná, com 15%, ultrapassou São Paulo (14%) pela primeira vez e ficou com a segunda posição.

Para este ano, o setor aposta nos altos preços das commodities agrícolas para crescer. "Esse patamar das cotações faz com que se adote mais tecnologia no campo", afirma Eduardo Daher, diretor-executivo da Andef (associação representativa da indústria de agroquímicos).

Para ele, o faturamento em dólar deve aumentar entre 5% e 6% em 2011. Apesar de o percentual ser menor do que os 9% de 2010, o crescimento deste ano deve ser real para a indústria, já que a base de comparação é mais elevada.

Soja em queda Como reflexo das sucessivas quedas na Bolsa de Chicago, o preço da soja também teve forte retração ontem no mercado interno. A saca chegou a

ser negociada a R\$ 43,50 em Goiás. Na média, o valor foi de R\$ 46,40, perda de 2% no dia.

Boa safra gaúcha A colheita de arroz ganha ritmo e a produtividade de 7,5 toneladas/hectare no Rio Grande do Sul surpreende. Mantidas as atuais condições, a safra gaúcha caminha para o recorde de 8,5 milhões de toneladas, diz a Brandalizzo Consultoria.

Altas em NY O algodão bateu novo recorde de preço -US\$ 1,97 por libra-peso. A alta de 3,7% foi motivada por notícias sobre aumento da demanda chinesa. O açúcar subiu 3%, para US\$ 0,31 por libra-peso.

Trigo As exportações atingiram 402 mil toneladas em janeiro, mais que o dobro das registradas no mesmo período do ano passado, informou um analista do governo à Reuters.

Cotação do boi é a maior para fevereiro desde 1996

O preço do boi gordo continua firme. Em plena safra, o valor da arroba se mantém acima de R\$ 100 em São Paulo -maior valor para o mês de fevereiro desde 1996, segundo a Scot Consultoria

A oferta de bois para abate está menor do que a esperada para esta época do ano, enquanto a demanda por carne se mantém aquecida.

Segundo Gabriela Tonini, da Scot, a conjunção desses fatores impede recuos maiores da arroba, que em novembro chegou a R\$ 115.

A antecipação de venda de animais no final de 2010, para aproveitar o valor recorde da arroba, contribui para a atual restrição de oferta

Avanços na área social garantem inclusão produtiva eficaz – Sítio Eletrônico do MDS – 17/02/2011

Secretário executivo Rômulo Paes garante manutenção e continuidade da agenda social do MDS, durante encontro com secretários estaduais de Desenvolvimento Social

Denise Colin: agendas de assistência social e trabalho devem ser articuladas

Brasília, 17 – “Precisamos afinar os instrumentos, tocar na mesma direção e com harmonia”. Assim o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Rômulo Paes, abriu o segundo dia de encontro com secretários estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social. Ele garantiu a manutenção e a continuidade da agenda social do MDS e ressaltou os avanços nas áreas de proteção básica e especial à população brasileira. Segundo ele, isso significa a possibilidade de iniciar um processo de inclusão produtiva e garantir um modelo mais articulado, eficaz e solidário de crescimento.

“Temos elementos que nos permitem construir uma nova etapa e só chegamos a este estágio por termos um histórico positivo”, disse o secretário. Rômulo Paes enfatizou a necessidade de mobilizar todos os segmentos do governo e da sociedade para dar condições às pessoas de aproveitarem as oportunidades.

A secretária nacional de Assistência Social, Denise Colin, apresentou as ações da área, a rotina e o fluxo de trabalho, assim como os diretores e coordenadores da secretaria. Falou, ainda, sobre a política de assistência social e destacou a importância do encontro com os gestores estaduais.

Denise Colin considera fundamental estudar a oferta dos serviços regionais e atuar de forma articulada com a área do trabalho. “Não temos duas agendas paralelas. Temos um débito com a nossa população e essas agendas existem para superá-lo”, reforçou. A capacitação dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o cumprimento do Pacto de Aprimoramento da Gestão foram citados por Denise como questões fundamentais para o fortalecimento do Suas.

Realidades – Uma relação exitosa. Foi assim que a secretária de Assistência Social e Cidadania do Amazonas, Regina Fernandes, classificou os contatos entre governos estadual e federal. “O governo federal é nosso principal parceiro e precisamos deste apoio”, disse a secretária. Ela lembrou que o Estado vive dificuldades em relação à comunicação, pela precariedade dos serviços de internet. “Isso prejudica o acesso dos municípios ao MDS”, disse.

A secretária de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social de Mato Grosso, Roseli Barbosa, destacou a discussão que o Estado estabelece com os municípios sobre o tema e a luta dos profissionais pela aprovação do PL Suas. “No Mato Grosso, trabalhamos para fortalecer uma rede para atacar os principais problemas do setor e um deles é a falta de capacitação”, declarou.

O secretário de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina, Serafim Venzon, acredita que sua secretaria precisa dar mais suporte aos municípios e essa questão passa por mais investimentos financeiros para “atender a necessidade social da população”.

Acesse o boletim: [Avanço na política social contribui para a inclusão produtiva](#)

Governo põe R\$ 8,6 bi no BNDES e na Caixa para ampliar crédito –Mário Sérgio Lima – Mercado- Folha de São Paulo – 18/02/2011

Capitalização de bancos é realizada com o repasse de ações da Petrobras e da Eletrobrás

O governo decidiu repassar um volume total de R\$ 8,6 bilhões em ações da Petrobras e da Eletrobras para capitalizar o BNDES e a Caixa Econômica Federal. De acordo com as instituições financeiras, o aumento do capital permitirá uma expansão do potencial de empréstimos dos bancos.

O BNDES receberá a transferência de R\$ 6,4 bilhões em ações da Petrobras, num volume total de 223,6 milhões de papéis, que hoje pertencem ao Tesouro. Segundo a assessoria do banco, com o aumento do capital social, a instituição amplia em R\$ 100 bilhões o potencial de empréstimos.

Já a Caixa receberá R\$ 2,2 bilhões em ações da Petrobras e da Eletrobras. Segundo o vice-presidente de controle e risco da Caixa, Marcos Vasconcelos, o aporte

deve permitir um fôlego extra de R\$ 30 bilhões para a carteira de crédito do banco. "Tivemos um crescimento forte da carteira de crédito, e já discutíamos a possibilidade do aumento de capital com o Tesouro desde 2010", disse Vasconcelos.

No decreto de capitalização dos dois bancos está previsto que a União terá a prioridade de recompra das ações por 30 dias. Na prática, o Tesouro irá repassar dinheiro às instituições quando elas venderem as ações novamente à União. Caso a União não recompre os papéis no prazo, os bancos terão até seis meses para vender as ações no mercado. O Tesouro pode ainda comprar as ações via Fundo Soberano.

Alta de commodities eleva previsões de superavit comercial – Mercado – Folha de São Paulo – 18/02/2011

Números anteriores são revistos por especialistas; novas projeções indicam que saldo pode chegar até a US\$ 28 bi

Além do maior ganho com as exportações, país se beneficiará de preços mais baixos dos produtos que importa

Preços de commodities em alta têm levado economistas a fazer revisões significativas em suas projeções para o saldo da balança comercial.

Há casos de reajustes recentes de mais de 100% em relação aos superavit que eram esperados para 2011.

Com isso, as novas projeções indicam valor das exportações entre US\$ 15 bilhões e quase US\$ 30 bilhões superior ao das importações neste ano.

A média do mercado, de acordo com o relatório Focus do Banco Central, ainda espera saldo comercial menor, de US\$ 10 bilhões.

Mas esse número também tem sido gradualmente ajustado para cima, tendência que deverá ser mantida.

A balança comercial brasileira encerrou 2010 com saldo positivo de US\$ 25,3 bilhões. No ano passado, as expectativas médias feitas para 2011 chegaram a ficar abaixo de US\$ 4 bilhões.

A manutenção dos preços elevados das commodities é a principal causa das previsões mais otimistas para o saldo comercial deste ano.

Darwin Dib, economista do Itaú Unibanco, lembra que o Brasil também continua se beneficiando de preços mais baixos dos produtos que importa, como bens de capital, em consequência do ritmo ainda fraco de atividade nos países desenvolvidos.

Com isso, recentemente o banco revisou, de US\$ 7 bilhões para US\$ 15 bilhões, sua projeção para o superavit comercial deste ano.

EFEITO CHINA

André Sacconato, economista da consultoria Tendências, diz que a forte demanda da China por minério de ferro -principal produto de exportação do Brasil- tem contribuído de forma significativa para o bom desempenho da balança comercial no início deste ano.

A Tendências já tinha uma projeção elevada para o superavit da balança comercial neste ano. Ainda assim, ajustou o número para cima em janeiro, de US\$ 18 bilhões para US\$ 28 bilhões.

O Bradesco -que também já era mais otimista que a média do mercado em relação ao saldo de 2011- aumentou sua projeção em dezembro passado, de US\$ 14 bilhões para US\$ 17,2 bilhões.

O economista Paulo Miguel, sócio da Quest Investimentos, diz que a expectativa de crescimento menor do volume de importações (devido à demanda doméstica mais fraca) também tem contribuído para as revisões do saldo comercial.

A Quest vai aumentar sua projeção para o superavit comercial de US\$ 8 bilhões para cerca de US\$ 20 bilhões.

O esperado volume menor de importações poderá ajudar a amortecer as revisões para baixo nas projeções do crescimento da economia brasileira em 2011. Embora a média do mercado ainda espere expansão de 4,5% da economia neste ano, há analistas que já apostam em número inferior a 4%.

Nova alta faz algodão romper barreira histórica – Mauro Zafalon – Mercado – Folha de São Paulo – 18/02/2011

O preço do algodão rompeu a barreira dos US\$ 2 por libra-peso no mercado futuro de Nova York. O primeiro contrato subiu 3,55% ontem e fechou a US\$ 2,04, no limite de alta de US\$ 0,07 por libra-peso permitido pela Bolsa.

Em 12 meses, o algodão avançou 171%. A forte demanda pelo produto, principalmente na China, em um momento de oferta restrita -com safras prejudicadas por problemas climáticos em diversos países-, explica os sucessivos recordes de preço.

Analistas não enxergam um limite para a alta. "O preço ainda não está afetando a demanda", afirma Rodrigo Corrêa, analista da corretora Newedge, em Nova York. "Pensávamos que R\$ 3 por libra-peso seria o limite de alta para a indústria, mas o valor está bem acima disso e ela continua comprando", diz Camila Machado, da consultoria Safras & Mercado.

O indicador do Cepea apontou ontem a libra-peso a R\$ 3,96 no mercado interno. Segundo pesquisa da Folha, o algodão em caroço é cotado a R\$ 39,15 por arroba, em média, com alta de 37% no ano e de 76% em seis meses.

Porém, mais do que o aumento de preço, a escassez do produto é o que preocupa a indústria têxtil. "A indústria passa por sérios problemas de abastecimento", afirma Aguinaldo Diniz Filho, presidente da Abit (associação do setor têxtil).

A colheita de algodão no Brasil começa em maio, mas a maior parte da produção deve, de fato, entrar no mercado em agosto. No início da colheita, os produtores dão prioridade a contratos fechados antecipadamente. E cerca de 60% da atual safra já foi vendida antes da colheita.

"Não sei dizer se a indústria vai sustentar essa situação até lá", afirma Diniz. Sem citar nomes, ele afirma que fábricas reduzem o ritmo de produção. Muitas estão concedendo férias coletivas ou reduzindo turnos devido à falta de matéria-prima.

Com dificuldades de repasse do aumento de custo para o consumidor, o lucro das indústrias caiu. E o limite de compressão das margens do setor vai determinar se o algodão continuará atingindo novas cotações máximas.

Ceagesp em alta 1 As vendas no atacado movimentaram R\$ 4,57 bilhões em 2010, com crescimento de 4,9% ante 2009. Com leve alta de 0,14% em relação ao ano anterior, o volume de 3,16 milhões de toneladas foi o maior em 22 anos.

Ceagesp em alta 2 As frutas responderam por 52% do volume movimentado, com 1,6 milhão de toneladas. Só nessa categoria, o fluxo financeiro atingiu R\$ 2,42 bilhões -crescimento de 7%.

Efeito verão O preço do frango vivo sobe nos frigoríficos paulistas, reflexo das altas temperaturas. O calor faz com que os animais comam menos, o que atrasa a

engorda e diminui a oferta. Ontem, o quilo era cotado a R\$ 2,05, com alta de 8% em 30 dias, segundo pesquisa da **Folha**.

Ainda sobe O café avançou 3,36% em Nova York, cotado a US\$ 0,27 por libra-peso. No mês, a alta é de 14%.

Feijão tem maior limite para venda

Após pressão de instituições e produtores, o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, determinou o aumento do limite de venda de feijão aos estoques reguladores, de 100 para 500 sacas (60 kg) por produtor

A medida é uma forma de garantir o valor mínimo do produto dentro da PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos), de R\$ 80 a saca. Atualmente, os produtores não conseguem nem R\$ 50 por saca de feijão

A determinação foi feita à Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e deve passar a valer para a próxima compra, ainda sem data definida. A reivindicação foi atendida após reunião entre produtores e técnicos na câmara setorial.

Bolsa Família chega a 12,9 milhões de famílias e atinge meta de atendimento – Sítio Eletrônico do MDS – 18/02/2011

O Programa Bolsa Família alcançou a meta de atendimento definida em abril de 2009. São 12,9 milhões de famílias que podem sacar o benefício nos postos de pagamento da Caixa até 28 de fevereiro. Os valores transferidos superam R\$ 1,2 bilhão. A estimativa foi definida pelo MDS com base em dados do IBGE. Essa foi a segunda meta estipulada para o programa desde a sua criação em outubro de 2003.

Brasília, 18 – O Programa Bolsa Família alcançou a meta de atendimento definida em abril de 2009. São 12,9 milhões de famílias que podem sacar o benefício nos postos de pagamento da Caixa Econômica Federal até 28 de fevereiro. Os valores transferidos superam R\$ 1,2 bilhão. A estimativa foi definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) à época com base nos Mapas da Pobreza do IBGE. Essa foi a segunda meta estipulada para o programa desde a sua criação em outubro de 2003.

A primeira previa a inclusão de 11,1 milhões de famílias e foi atingida em junho de 2006, com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2004 e que tinha como critério de entrada no programa renda mensal por pessoa da família de até R\$ 120,00. No início de 2009, o MDS optou por usar os Mapas da Pobreza como referência para a estimativa e também corrigiu o valor para atendimento pelo Bolsa Família, que passou de R\$ 120 para R\$ 140. Essa atualização obedeceu à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre abril de 2006 e dezembro de 2008. Esse valor é mantido até hoje.

Com essas mudanças, o número de famílias atendido pelo programa passou de 11,1 milhões para 12,9 milhões. Meta alcançada neste mês. O objetivo é chegar a toda população pobre e estimular o acesso aos serviços de educação e saúde.

Multiplicação – Estudos mostram que o programa de transferência de renda do Governo Federal, que tem por objetivo combater a fome e a pobreza, ajuda também a

reduzir a desigualdade. Outra contribuição importante do programa é o efeito na economia do País. Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que para cada R\$ 1 investido pelo Governo Federal no Bolsa Família, o Produto Interno Bruto (PIB) aumenta em R\$ 1,44. Metade dos recursos é destinada à região Nordeste e os estados da Bahia, Pernambuco e São Paulo lideram em total de valores recebidos **(veja quadro)**.

A complementação de renda, com o pagamento do benefício, está aliada ao cumprimento de condições nas áreas de educação e saúde. Frequência escolar abaixo dos índices exigidos, falta de acompanhamento de pré-natal e criança sem vacinar podem levar ao bloqueio e ao cancelamento do benefício. A atualização cadastral permanente, ou pelo menos a cada dois anos, é outro compromisso da população atendida. Neste ano, 1,3 milhão de famílias precisam renovar seus dados. Tanto os gestores do Bolsa Família nos municípios quanto os beneficiários devem ficar atentos a esses três itens para evitar o cancelamento do programa.

Toda família com renda mensal por integrante de até R\$ 140 tem direito ao Bolsa Família. Quem ainda não recebe o benefício, que varia de R\$ 22 a R\$ 200, e se enquadra no critério deve solicitar à prefeitura de sua cidade sua inscrição no Cadastro Único. A relação de beneficiários fica disponível para consulta na página eletrônica do MDS (www.mds.gov.br/bolsafamilia).

Acesse o boletim: [Bolsa Família alcança a meta de atendimento](#)

Roseli
(61)

Garcia
3433-1106

Ascom/MDS

www.mds.gov.br/saladeimprensa

UF	Estimativa de Famílias Pobres	Famílias	Valor (R\$)	% de atendimento
AC	58.310,00	58.587	6.287.892,00	100,48%
AL	407.666,00	418.753	40.994.637,00	102,72%
AM	260.127,00	291.617	31.187.326,00	112,11%
AP	41.339,00	49.588	5.442.239,00	119,95%
BA	1.558.051,00	1.652.339	160.542.593,00	106,05%
CE	960.379,00	1.042.914	100.222.291,00	108,59%
DF	108.119,00	97.895	7.451.642,00	90,54%
ES	229.741,00	187.944	16.709.967,00	81,81%
GO	354.855,00	326.427	28.999.888,00	91,99%
MA	833.084,00	895.239	92.138.744,00	107,46%
MG	1.195.539,00	1.136.855	100.503.144,00	95,09%
MS	147.234,00	133.130	11.999.127,00	90,42%
MT	178.818,00	167.596	14.977.751,00	93,72%
PA	640.605,00	690.463	73.005.082,00	107,78%
PB	424.198,00	471.851	45.450.954,00	111,23%

PE	980.645,00	1.094.847	105.330.222,00	111,65%
PI	399.809,00	438.058	42.576.931,00	109,57%
PR	552.647,00	459.123	38.838.126,00	83,08%
RJ	691.775,00	688.153	63.346.858,00	99,48%
RN	319.016,00	339.012	32.039.880,00	106,27%
RO	119.367,00	109.683	10.626.240,00	91,89%
RR	40.137,00	45.584	4.888.203,00	113,57%
RS	542.079,00	445.384	40.370.610,00	82,16%
SC	167.897,00	142.368	12.042.804,00	84,79%
SE	216.408,00	239.636	23.496.634,00	110,73%
SP	1.445.140,00	1.193.273	103.003.277,00	82,57%
TO	123.234,00	129.994	12.231.552,00	105,49%
Total geral	12.996.219	12.946.313	1.224.704.614,00	99,62%

Estrelinha faz produtividade da laranja cair na safra 2010/2011 – Venceslau Borlina Filho-Folha Ribeirão – Folha de São Paulo – 20/02/2011

Nesta safra, cada planta gerou 1,75 caixa da fruta contra 1,9 da anterior

A estrelinha, doença que ataca os pomares e gera a "podridão floral" e impede a formação do fruto, foi a principal causa da queda da produtividade da laranja na safra 2010/2011.

Segundo levantamento do IEA (Instituto de Economia Agrícola), órgão ligado à Secretaria de Estado da Agricultura, cada planta gerou, em média, 1,75 caixa de laranja (40,8 kg) no ano.

Na safra anterior, a produtividade atingiu 1,9 caixa por planta. O resultado foi considerado baixo para os padrões do Estado, maior produtor do país, com 80% do mercado.

Para o pesquisador do IEA Felipe Pires de Camargo, a incidência da doença foi provocada pelo alto índice de precipitação no período de florada do ano anterior. "A estrelinha motivou a queda dos chumbinhos e o aumento dos custos de produção devido a aplicações de fungicidas que normalmente não são utilizados", disse. Segundo o IEA, a estimativa final da safra agrícola paulista teve queda de 9,3% se comparada à de 2009.

Na propriedade de Humberto Bellintani Iplinsky, 47, de Pedranópolis (SP), a estrelinha gerou perda de 20 mil caixas. A produção total foi estimada em 170 mil caixas.

Frango se beneficia de retaliação contra EUA— FABIANO MAISONNAVE e PATRÍCIA CAMPOS MELLO – Mercado – Folha de São Paulo – 22/02/2011

Exportação para China se multiplica por dez e Brasil vira maior fornecedor

Chinês cria sobretaxa de 105% contra frango americano, depois que EUA criaram barreira contra pneu da China

Beneficiadas por uma dura sanção contra os EUA, as vendas de frango brasileiro para a China cresceram 1.028% no ano passado, segundo números da aduana local

divulgados na semana passada. Com o aumento, o país passou a ser o principal fornecedor do produto para o gigante asiático.

Foram exportados do Brasil para a China 285,7 mil toneladas de frango no ano passado, ante 27,8 mil toneladas em 2009. Em valores, as vendas aumentaram de US\$ 42,8 milhões para US\$ 529,3 milhões.

Segundo Francisco Turra, presidente-executivo da Ubabef (Associação Brasileira de Exportadores de Frango), a China deve ficar entre os cinco maiores importadores de frango brasileiro em 2011. "Se conseguirmos habilitar mais 25 frigoríficos para exportar, podemos dobrar o volume vendido", diz Turra. O motivo do crescimento foi a imposição pela China de uma sobretaxa contra o frango norte-americano de 31,4%, em fevereiro do ano passado, e de até 105,4%, em setembro, medida em vigor para os próximos cinco anos.

Pequim justificou a sobretaxa como uma proteção antidumping, mas a medida veio depois que Washington aumentou a tarifa sobre o pneu chinês, em 2009, levantando a suspeita de que se trata de uma retaliação.

Com o produto americano menos competitivo, o Brasil vendeu 52,7% do frango importado pela China. Já a participação americana caiu de 53,1%, em 2009, para 20%. Por outro lado, existe o temor de que, se o Brasil endurecer com a China, como setores do governo Dilma vêm sinalizando, o país poderá sofrer sanções parecidas à sobretaxa americana.

Por falta de atualização cadastral, 270 mil benefícios do Bolsa Família são cancelados – Sítio Eletrônico do MDS – 22/02/2011

Beneficiários que não atualizaram os dados até 31 de dezembro deixaram de receber o pagamento dos benefícios em fevereiro. A atualização junto ao Cadastro Único deveria ter sido feita por 1,1 milhão de famílias em 2010, mas nem todas atenderam o chamado do MDS para informar os dados às prefeituras. Pelas regras do Bolsa Família, a cada dois anos os beneficiários devem atualizar informações.

Brasília, 22 - Beneficiários que não atualizaram seus dados até 31 de dezembro perderam o benefício do Programa Bolsa Família neste mês. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) cancelou 273.263 auxílios no mês de fevereiro, de um total de 1,1 milhão de famílias que precisaram passar pela revisão cadastral em 2010. A atualização das informações no Cadastro Único, promovida pelo MDS, em parceria com os municípios, alcançou um percentual de 77% do público envolvido nesse processo, no ano passado.

A cada dois anos, os beneficiários do programa de transferência de renda do Governo Federal necessitam ir à prefeitura do município em que moram e confirmar ou alterar suas informações cadastrais. A determinação está prevista no Decreto nº 6.135, de 2007, e funciona como importante mecanismo de controle e de foco do Bolsa Família. Desde 2009, todo ano é realizada a revisão de quem completou dois anos no cadastro e está sem atualizar seus dados. Em fevereiro de 2010, foram cancelados cerca de 550 mil benefícios de famílias que não atenderam ao chamado do MDS. À época, 3,4 milhões precisavam renovar as informações no Cadastro Único, base de dados dos programas

sociais.

O processo de atualização cadastral dura praticamente o ano inteiro. Nos primeiros meses, o MDS publica a lista de quem necessita renovar as informações para o gestor municipal planejar sua estratégia de trabalho. As famílias recebem avisos em seus extratos de pagamento e têm até 31 de outubro para procurar a prefeitura. A partir de novembro, quem não atualizou seus dados tem o benefício bloqueado e uma segunda chance, até 31 de dezembro, para evitar o cancelamento. No ano passado, 387.738 famílias tiveram os benefícios bloqueados em novembro. Dessas, 273.263 continuaram na mesma situação após 31 de dezembro e acabaram perdendo o benefício.

Retrato - Neste ano, mais 1,3 milhão de famílias têm que fazer a renovação de seus cadastros. Mudança de endereço ou de renda, localização da escola dos filhos para acompanhamento da frequência escolar e composição familiar são informações fundamentais para a boa gestão do programa de transferência de renda, que atende 12,9 milhões de famílias. É necessário que esses dados retratem a realidade dos beneficiários e, assim, possam garantir o aprimoramento do Bolsa Família. Para continuar a receber os valores do programa, além da atualização de dados, os beneficiários precisam manter os filhos na escola e a agenda de saúde em dia.

O MDS apoia o trabalho de atualização cadastral com repasse de recursos destinados à gestão municipal do programa, mobilização por meio de campanha e entrevistas de rádio e informações técnicas para que esse processo ocorra sem transtornos.

Acesse o boletim: [Mais de 273 mil beneficiários do Bolsa Família são cancelados](#)

Roseli

(61)

Ascom/MDS

www.mds.gov.br/saladeimprensa

Garcia

3433-1106

Acompanhamento de famílias selecionadas para revisão cadastral em 2010 por Estado				
Estados	Famílias selecionadas para revisão cadastral em 2010	Famílias que atualizaram dados em 2010	Famílias que terão benefícios cancelados por ausência de revisão	Percentual de famílias que tiveram cadastros atualizados
Acre	4.352	3.312	1.040	76%
Alagoas	22.110	16.805	5.305	76%
Amapá	4.639	3.257	1.382	70%
Amazonas	16.321	12.634	3.687	77%
Bahia	93.685	73.142	20.543	78%
Ceará	71.839	56.634	15.205	79%
Espírito Santo	17.609	12.444	5.165	71%
Goiás	28.352	21.947	6.405	77%
Maranhão	69.975	51.001	18.974	73%
Mato Grosso	23.175	18.837	4.338	81%
Mato Grosso do Sul	12.270	10.533	1.737	86%

Minas Gerais	114.855	91.779	23.076	80%
Pará	53.940	39.609	14.331	73%
Paraíba	30.005	22.005	8.000	73%
Paraná	74.702	61.887	12.815	83%
Pernambuco	88.402	65.944	22.458	75%
Piauí	26.928	20.675	6.253	77%
Rio de Janeiro	95.420	71.578	23.842	75%
Rio Grande do Norte	28.232	21.316	6.916	76%
Rio Grande do Sul	62.947	45.321	17.626	72%
Rondônia	15.939	10.288	5.651	65%
Roraima	1.897	1.650	247	87%
Santa Catarina	22.884	18.042	4.842	79%
São Paulo	145.694	108.430	37.264	74%
Sergipe	15.400	11.642	3.758	76%
Tocantins	10.296	7.893	2.403	77%
BRASIL	1.168.666	895.403	273.263	77%

**O Distrito Federal teve o prazo de cancelamento dilatado para maio de 2011.*

Acompanhamento de famílias selecionadas para revisão cadastral em 2010 por região				
Região Norte	107.384	78.643	28.741	73%
Região Nordeste	446.576	339.164	107.412	76%
Região Centro-Oeste	80.595	57.524	23.071	71%
Região Sudeste	373.578	284.231	89.347	76%
Região Sul	160.533	125.250	35.283	78%

Fonte: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Crescimento inclusivo sustentável? – Marcelo Nery - Valor Econômico – Opinião – 22/02/2011

Dois prêmios Nobel em Economia, Amartya Sen e Joseph Stiglitz, apresentaram os resultados de um relatório elaborado por uma comissão formada a pedido do presidente francês, Nicolas Sarkozy. A Comissão para Mensuração do Desempenho Econômico e Progresso Social contou com outros 21 pesquisadores de renome, incluindo Angus Deaton e James Heckman. O conteúdo do relatório acaba de ser publicado sob o título “Mis measuring Our Lives”. Não cabe aqui discutir esse relatório em profundidade, nem mesmo as críticas que possam ser ventiladas a seu respeito, mas aplicar suas quatro principais conclusões ao caso brasileiro pós-recessão de 2003. Senão vejamos: 1) PIB X PNAD — O trabalho alerta quanto à necessidade de se melhorar as atuais medidas de desempenho econômico que se centram no Produto Interno Bruto (PIB). Em particular, enfatizar a perspectiva da renda e consumo do domicílio para melhor aferir padrões materiais de vida médios. Nesse aspecto, cabe lembrar que, embora no longo prazo no caso brasileiro a evolução de agregados como PIB das contas nacionais

e a renda da Pesquisa nacional de Amostras a Domicílio (PNAD) apresentam tendências semelhantes, há um forte descolamento no período 2003 a 2009 quando a renda média cresceu 11,3 pontos percentuais a mais que o PIB. De acordo com a visão objetiva das pessoas, os seus respectivos padrões médios de vida estão crescendo mais do que o PIB sugere. Na maioria dos outros países, inclusive China e Índia, tem acontecido o reverso, as respectivas PNADs indicam crescimento menor que o do PIB.

2) Sustentabilidade — Considerar estoques de ativos como, por exemplo, incorporar atributos ambientais para analisar a sustentabilidade dos indicadores de desempenho ao longo do tempo, isto é, se os atuais níveis de bem-estar podem ser mantidos para gerações futuras. Não vou entrar nas variáveis ambientais que não são a minha praia mas nos estoques de ativos captados pela PNAD. Calculamos a partir de equação de salários de indicadores de potencial de geração de renda baseados em ativos produtivos como capital humano (educação de todos os membros no domicílio e de sua utilização (posição na ocupação), capital social (associativismo) e capital físico (computadores, contribuição previdenciária pública e privada etc). Calculamos também, usando o mesmo método e métrica, índices de potencial de consumo (duráveis, moradia etc). No período entre 2003 e 2009, os primeiros cresceram 38% a mais que os segundos indicando sustentabilidade dos padrões de vida assumidos. Na década de 90 aconteceu o oposto — o indicador de consumo subiu mais do que o de capacidade de produção. Apesar da importância do crescimento do crédito ao consumidor e das transferências públicas sociais como benefícios da previdência e o Bolsa Família, o crescimento da educação e do emprego formal (embora em níveis ainda muito precários) são comparativamente mais relevantes para explicar as transformações em curso, sugerindo sustentabilidade do processo de crescimento.

3) Inclusão — Medidas de renda, consumo e riqueza devem estar acompanhadas por indicadores que reflitam sua distribuição. Num país apelidado de Belíndia esse tipo de consideração é de importância capital pois a média esconde mais do que revela. No período 2003 a 2009 o crescimento da renda real per capita da PNAD dos 10% mais pobres foi 69%, caindo monotonicamente a medida que nos aproximamos, décimo a décimo, dos 10% mais ricos quando atinge 12,6%. Ou seja, a taxa de crescimento dos mais pobres foi 550% maior que a dos mais ricos. É o que se pode chamar de espetáculo de crescimento mas apenas dos mais pobres que tem crescido a taxas chinesas. Mais uma vez na China e na Índia ocorre o oposto, aumento de desigualdade.

4) Percepção — Por fim, a conjugação de medidas objetivas e subjetivas de bem-estar, mediante o uso de questões captadas nas avaliações das pessoas, para se obter um retrato mais fidedigno da realidade. Há dois séculos, a chegada de Napoleão ao Egito anunciava o advento do Oriente Médio moderno. Agora, quase 90 anos após o desaparecimento do Império Otomano, 50 anos após o fim do colonialismo, e oito anos após o começo da Guerra do Iraque, os protestos revolucionários no Cairo indicam que mais uma mudança pode estar em curso. Os três pilares sobre os quais a influência ocidental no Oriente Médio foi construída — uma sólida presença militar, laços comerciais e uma série de países dependentes do dólar — estão desmoronando. Consequentemente, o Oriente Médio que despontará nas semanas e meses adiante poderá tornar-se muito mais difícil de ser influenciado pelo Ocidente. O primeiro pilar — presença militar — remonta à ocupação francesa e britânica de partes do Império Otomano depois da I Guerra Mundial, e foi reforçado pelos vínculos militares da era da Guerra Fria forjados pelos Estados Unidos e União Soviética. Em 1955, o Ocidente até chegou a ser sólido o bastante para arremessar um elenco formado por Turquia, Iraque, Irã e Paquistão, numa espécie de Otan asiática ocidental conhecida como Pacto de Bagdá. A Guerra do Yom Kippur em 1973 foi uma ilustração clara da influência militar soviética e ocidental. O exército

egípcio disparou foguetes tchecoslovacos de 130 mm, enquanto os MIGs sírios combatiam os Skyhawks israelenses sobre as Colinas do Golan. Mas a influência americana e soviética não foi confinada ao campo de batalha, à medida que os dois países fizeram a sua presença ser sentida até o mais alto escalão da cadeia de comando. Mais recentemente, as instalações militares no Golfo Persa protegeram o fornecimento de petróleo da aliança da Guerra Fria e dissuadiram tanto o Iraque do partido Ba'ath como o Irã do aiatolá Ruhollah Khomeini de se apoderarem dos valiosos poços petrolíferos ou de estrangularem as rotas de exportação. Mas esse pilar militar tem sido sistematicamente corroído. Um sinal precoce foi o fracasso da “Operação Eagle Claw” para resgatar os reféns dos Estados Unidos no Irã em 1980. Outra fissura apareceu com o atentado do Hizbollah contra o quartel dos fuzileiros navais dos EUA em Beirute, que precipitou uma retirada abrupta dos Estados Unidos do Líbano. Desde a invasão do Irã, a realidade de vida nos países. Ou seja, não basta melhorar de vida é preciso que as pessoas percebam essa melhora. Como a PNAD não dispõe de informações quanto à percepção das pessoas, usamos os índices globais do Gallup World Poll. Em 2009, o Brasil se situava em 17o lugar entre 144 países. Entre 2006 e 2009 a felicidade geral da nação saiu do 22o lugar entre 132 países para 17o lugar em 144 países. Em suma, podemos dizer que o avanço econômico brasileiro nos últimos seis ou sete anos não constitui um espetáculo de crescimento, o PIB Brasil tem crescido na mediana da América Latina que não tem sido a região mais dinâmico do mundo. APNAD nos sugere crescimento maior que o do PIB. À luz das recomendações da comissão, a qualificação desse crescimento seria inclusivo e sustentável, não apenas em termos da objetividade dos brasileiros entrevistados em suas casas, como também na sua subjetividade. **Entre 2006 e 2009 a felicidade geral da nação saiu do 22o lugar para ocupar o 17o lugar entre 144 países** Marcelo Côrtes Neri, é economista-chefe do Centro de Políticas Sociais e professor da EPGE, Fundação Getúlio Vargas. Autor dos livros “Ensaio Sociais”, “Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas” e “Microcrédito, o Mistério Nordeste e o Gramma brasileiro”. mcneri@fgv.br. Valor Econômico http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_... 3 de 3 15/6/2011 13:48

Plantação de transgênicos avança no Brasil e cresce 19% em apenas um ano – Andrea Vialli – Vida – O Estado de São Paulo – 23/02/2011

O Brasil é o país onde o cultivo de lavouras transgênicas mais avança no mundo. Em 2010 foram plantados 25,4 milhões de hectares de lavouras geneticamente modificadas (soja, milho e algodão) – aumento de 19%, ou 4 milhões de hectares, em relação a 2009. A área total equivale ao Estado do Piauí.

O resultado levou o Brasil a manter a posição conquistada em 2009, quando ultrapassou a Argentina e passou a ocupar o segundo posto no ranking mundial dos 29 países que adotam as culturas transgênicas, atrás apenas dos Estados Unidos, com 66,8 milhões de hectares. Os dados fazem parte do relatório anual do Serviço Internacional para Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (Isaaa, na sigla em inglês), divulgado ontem.

“O Brasil caminha de forma rápida para ser o maior produtor de transgênicos no mundo”, afirmou Clive James, presidente do Isaaa. Segundo ele, os países em desenvolvimento despontam como os maiores produtores de transgênicos: 19 países

adotam esse tipo de lavoura e concentram quase a metade (48%) das plantações geneticamente modificadas.

Risco.

Segundo o Isaaa, a expansão da área cultivada de transgênicos é fruto de um maior interesse dos agricultores em adotar a tecnologia que, segundo as empresas, permite aumentar a produtividade e reduzir os custos com inseticidas e herbicidas.

Mas o avanço também é visto com desconfiança por ambientalistas e entidades contrários à adoção da tecnologia. “O avanço do cultivo de transgênicos é preocupante porque o Brasil não possui meios eficazes para controlar os riscos que esse tipo de lavoura

traz”, diz Sérgio Leitão, diretor de campanhas do Greenpeace.

Entre os riscos a que os agricultores estão sujeitos, aponta Leitão, está o de desabastecimento de sementes de grãos não transgênicos. “O agricultor está refém de três ou quatro grandes multinacionais, que controlam a quantidade das sementes transgênicas e não transgênicas que chegam ao mercado”, afirma Leitão. “Como os transgênicos são mais rentáveis, fica mais difícil para o produtor encontrar sementes convencionais”, diz.

Outro problema é o surgimento de pragas mais resistentes, que surgem apenas em lavouras geneticamente modificadas. O problema tem sido recorrente nos Estados Unidos e já chegou ao Brasil, segundo Ricardo Sousa, diretor executivo da Abrange, entidade que reúne produtores de grãos não transgênicos. “Cerca de 9 milhões de hectares na Região Sul do Países são infectados com abuva, uma erva daninha resistente a herbicidas que persiste nas lavouras transgênicas”, relata Sousa.

Crise provoca queda no preço de commodities – Márcia De Chiara – Economia – O Estado de São Paulo – 24/02/2011

Cotação de produtos como soja e arroz cai até 17% e pode ajudar no combate à inflação no País

Enquanto a Petrobrás mantiver a política de segurar o repasse da alta do preço do petróleo no mercado internacional para o preço da gasolina, o impacto da disparada do barril, que atingiu ontem US\$111, pode até trazer um certo alívio para inflação ao consumidor, segundo avaliação do economista Miguel Daoud, diretor da Global Financial Advisor.

Ele sustenta esse raciocínio numa tendência detectada nos últimos dias. Por causa dos conflitos nos países árabes, está ocorrendo uma migração dos investidores em mercados futuros em commodities agrícolas para as commodities energéticas derivadas do petróleo (gás, diesel, gasolina, por exemplo).

Com isso, em 15 dias, os preços em dólar de vários alimentos recuaram. Desde o dia 9 deste mês até ontem, o preço futuro da soja na Bolsa de Chicago caiu 10%; do trigo, 15%; do arroz, 17%.

Na Bolsa de Nova York, o açúcar recuou quase 5% no mesmo período. “Como as commodities agrícolas são um foco de pressão de preços no IPCA, a retração nas cotações pode ser positiva para a inflação, se a Petrobrás continuar amortecendo a elevação da cotação do petróleo. O Brasil é um país de sorte”, diz.

Ele observa que a alta de alimentos é foco de pressão de inflação de países pobres. No IPCA, o índice oficial de inflação, a alimentação responde por cerca de um quarto do índice. No caso dos países ricos, a inflação é derivada da energia, diz Daoud.

Com a disparada do petróleo, aumenta o risco de que os Estados Unidos elevem juros e atraiam os investidores para compra dos títulos do Tesouro, reforçando, a saída dos fundos das commodities agrícolas e a queda nos preços.

“Enquanto a Petrobrás segurar os preços, a alta do petróleo não terá impacto na inflação ao consumidor”, afirma o analista da consultoria Tendências, Thiago Curado. “O impacto maior do petróleo será nos IGPs, que capta mas cotações das matérias-primas no atacado”, observa.

Fábio Romão, economista da LCA Consultores, acha que é cedo para imaginar que esse nível de preços do petróleo seja mantido. “Há muitas incertezas. Não dá para projetarmos um IPCA mais salgado nos próximos meses por causa da elevação dos preços do petróleo”, diz.

Gasolina.

No IPCA, por exemplo, a gasolina pesa 3,96% e as passagens aéreas, que são afetadas pelo querosene, um derivado do petróleo, respondem por 0,34% do indicador. Procurada pelo **Estado**, Gol e TAM, que dominam o mercado de aviação, informaram, por meio de assessoria de imprensa, que estão preparadas para enfrentara volatilidade dos preços do petróleo.

A Gol informa que “não haverá repasse” da alta do petróleo para a tarifa aérea. A empresa relata que tem uma posição de hedge de petróleo que protege 20% do seu consumo de querosene dos próximos 12 meses. Para este trimestre, esse índice aumenta para 40%.

A TAM informa que a sua política de hedge cobre entre 10% e 60% das suas necessidades futuras de combustível ao longo dos próximos 12 meses. O gasto de combustível da companhia representa 34% das despesas operacionais.

Embrapa veta cientistas em seminário – Claudio Angelo – Ciência – Folha de São Paulo – 25/02/2011

Empresa orientou pesquisadores a não participar de debate na Câmara sobre mudanças no Código Florestal

Especialistas falariam sobre trabalho que aborda a importância da floresta preservada para a agricultura

Pesquisadores da Embrapa foram impedidos de participar de um seminário para debater o Código Florestal na última terça-feira, na Câmara dos Deputados. Segundo o órgão, não houve veto, apenas uma "orientação" para que os cientistas evitassem falar "em nome da Embrapa" sobre o tema, já que oficialmente a empresa não tem ainda opinião sobre o assunto, ainda em discussão no governo. Cientistas que apresentaram seus dados no seminário, porém, queixam-se de censura aos colegas.

A Embrapa é parte do grupo de trabalho constituído em julho pela SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e pela ABC (Academia Brasileira de Ciências) para examinar as evidências sobre as relações entre ambiente e agricultura. O grupo revisou mais de 300 publicações científicas e finalizou um relatório que visa subsidiar a mudança no Código Florestal, a ser votada na Câmara em março. No encontro da última terça, convocado pela Frente Parlamentar Ambientalista, os pesquisadores da Embrapa apenas exporiam algumas conclusões do relatório. Foi o que fizeram outros membros do grupo de trabalho da SBPC, ligados a instituições como USP, Unicamp, Inpe e Ministério da Ciência e Tecnologia -que tampouco têm

posição oficial sobre o tema, mas liberaram seus cientistas para falar.

TENSÃO

A Embrapa é subordinada ao Ministério da Agricultura, tradicional rival da área ambiental. A pasta apoiou a reforma no código em análise, proposta pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) e criticada por ambientalistas.

Segundo cientistas, algumas das conclusões do relatório da SBPC irritam o ministério, como a recomendação de que áreas de preservação permanente não sejam reduzidas, como propõe Rebelo -já que a lei atual não lhes dá suficiente proteção. O fundador da Embrapa e ex-ministro da Agricultura Alisson Paulinelli, que integrou o grupo da SBPC, chegou a pedir para ser excluído dele por considerar o sumário executivo do relatório "faccioso". O sumário teve uma nova redação e está na página da SBPC na internet (www.sbpcnet.org.br).

CORRENTES

As palestras de dois técnicos da Embrapa haviam sido acertadas na última sexta-feira com a SBPC.

Eles apresentariam uma das principais conclusões do relatório: a de que a ausência de insetos polinizadores, como abelhas, provoca queda de produtividade de 40% a 100% em oito culturas comerciais (algodão, café, soja, maracujá, caju, pêssego, melão e laranja).

Como esses insetos se refugiam na vegetação nativa, existe um bom motivo econômico para o agricultor manter as matas.

Na segunda-feira, porém, um dos pesquisadores, da Embrapa Meio Ambiente, em Jaguariúna (SP), mandou um e-mail ao grupo afirmando ter recebido ordem superior para não falar na Câmara.

Um terceiro cientista, da Embrapa Florestas, recebeu, segundo testemunha, ligação de sua chefia horas antes do seminário com a ordem para que não comparecesse.

O deputado federal e ex-ministro da Agricultura Reinhold Stephanes (PMDB-PR), que esteve no seminário, se ressentiu da ausência da Embrapa. "É um negócio meio surrealista", afirmou. "Para um debate desses dar certo, é preciso ter cientistas de várias [correntes]."

Procurados pela **Folha**, os pesquisadores não comentaram o caso.

Preço alto trava negócios no mercado de café – Mauro Zafalon- Mercado – Folha de São Paulo – 25/02/2011

A forte alta dos preços do café começa a travar as negociações no mercado físico. Comprador e vendedor não entram em acordo sobre o valor da saca, que ontem chegou a ser ofertada a R\$ 520 em algumas regiões do país. "Não tem torrefador disposto a pagar R\$ 500 por saca de um café de boa qualidade, e o produtor não quer vender por menos. Os negócios travaram. As vendas que acontecem são muito pontuais", afirma Silvio Leite, da comercializadora Agricafé. Como as cotações subiram muito em um curto espaço de tempo -28% só neste ano-, os compradores estão demorando para digerir o novo patamar das cotações. Enquanto aguardam novos sinais do mercado, os torrefadores queimam estoques e pressionam por menor preço.

Como reflexo dessa queda de braço, ontem o preço médio teve a primeira retração no mercado interno desde a segunda quinzena de janeiro. O valor médio da

saca recuou 1,7%, passando do pico de R\$ 496,50 para R\$ 487,75, segundo pesquisa da **Folha**. Na Bolsa de Nova York, o primeiro contrato caiu 1,7%, para US\$ 2,64 por libra-peso.

Segundo Leite, a paralisação nas negociações acontece tanto nas vendas para exportações como para o consumo doméstico.

Eduardo Carvalhaes, sócio do escritório Carvalhaes, de Santos, confirma que o mercado está "fraco". "O produtor está tranquilo na comercialização. Existe café à venda, mas quando o cafeicultor repassa a alta de Nova York para o preço real, nota que o comprador não quer pagar."

Diante do impasse entre compradores e vendedores, fica a questão: existe fôlego para os preços do café se manterem nesse patamar histórico? Do ponto de vista da relação entre oferta e demanda, a resposta é sim.

Os estoques mundiais são estimados pela OIC (Organização Internacional do Café) em 13 milhões de sacas -o menor nível desde o início do levantamento da entidade.

Embalagem verde A fabricante americana de alimentos Heinz vai produzir embalagens para o seu ketchup, que leva o mesmo nome da empresa, a partir da tecnologia desenvolvida e utilizada pela Coca-Cola para o seu "PET verde".

Com Brasil Assim como nas garrafas da Coca, as embalagens da Heinz serão produzidas a partir do etanol de cana feito no Brasil.

Mais frango na mesa O preço do frango voltou a subir ontem nas granjas do interior de São Paulo. O quilo da ave viva foi cotado a R\$ 2,10 nas praças de comercialização, com valorização de 10,5% em 30 dias.

Oferta e demanda A redução na quantidade de aves para o abate, o aumento das exportações e a melhora das vendas no mercado interno -motivada pelo alto preço da carne bovina- justificam o maior preço do frango.

No final A colheita de feijão no Rio Grande do Sul está praticamente concluída. Segundo a Emater, 90% da área plantada já foi colhida no Estado. A estimativa é que a safra deste ano deve ser 22% maior do que a passada.

Para baixo O algodão perdeu mais 2,8%, ontem, em Nova York. Na semana, a queda supera 11%.

OLHO NO PREÇO COTAÇÕES

Mercado Interno

FEIJÃO (reais por saca) 76,33

SUÍNO (reais por arroba) 43,00

Chicago

MILHO (dólar por bushel) 6,86

SOJA (dólar por bushel) 13,18

Conab deve ter troca do comando na próxima semana – Denise Madueño – Economia – O Estado de São Paulo – 26/02/2011

Governo troca presidente da Conab, que pertence à cota do PTB, em meio a escândalo de suspeita de fraude com subsídios

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) deverá trocar de comando na próxima semana com a saída do presidente Alexandre Franco de Aguiar e a entrada de

Evangevaldo Moreira. A substituição faz parte do acerto entre a presidente Dilma Rousseff e os partidos que a apoiaram na última eleição. A Conab está na cotado PTB. A bancada federal fez campanha para Dilma, apesar de o presidente da legenda, Roberto Jefferson, ter apoiado oficialmente o ex-governador José Serra (PSDB).

Reportagem publicada ontem pelo **Estado** revelou que fiscais do Ministério da Agricultura descobriram “práticas fraudulentas” em operações de pagamento de bônus pelo governo a compradores de milho e informaram a Conab, vinculada ao Ministério da Agricultura, que continuou efetuando os pagamentos.

O líder do PTB na Câmara, Jovair Arantes (GO), afirmou que a substituição do presidente da Conab está acertada desde o ano passado, nas negociações do governo com os partidos da base.

Aguiar não tinha a indicação da bancada do partido. Diretor da Conab, ele chegou ao cargo, depois que o presidente do órgão, Wagner Rossi, virou ministro da Agricultura ainda no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Rossi foi mantido no cargo pela presidente Dilma Rousseff na cota do PMDB, a pedido do vice presidente Michel Temer. Aguiar, genro do ex-deputado Armando Abílio (PTB-PB), não era indicação da bancada, mas acabou obtendo o respaldo do partido quando assumiu o posto.

Com a mudança de governo e com novos interlocutores partidários, a bancada indicou um novo nome para o cargo. Jovair Arantes afirmou ontem desconhecer denúncias de “práticas fraudulentas” em operações de pagamento de bônus pelo governo e descartou relação da troca com as descobertas do esquema pelos fiscais do Ministério da Agricultura.

Brasil vai investir R\$ 3,3 tri até 2014 – Alexandre Rodrigues – Economia – O Estado de São Paulo- 28/02/2011

Petróleo e energia vão contribuir com R\$ 500 bilhões, aponta estudo do BNDES

O binômio petróleo e energia elétrica vai puxar o crescimento do País com investimentos que somam mais de meio trilhão de reais nos próximos quatro anos. A conta foi feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao atualizar seu mapeamento de investimentos que aponta uma inversão total de R\$ 3,3 trilhões na economia entre 2011 e 2014.

A cifra foi projetada a partir de informações sobre projetos em perspectiva na indústria, construção civil e infraestrutura em 15 setores, que representam metade do investimento total na economia. Essa soma alcançou R\$ 1,6 trilhão, 62% a mais do que o investido entre 2006 e 2009. O dado também representa o dobro do que o banco havia detectado em levantamento anterior para indústria e infraestrutura para o período 2010-2013.

A cadeia de petróleo e gás chamou a atenção ao saltar dos R\$ 295 bilhões do levantamento anterior para R\$ 378 bilhões no quadriênio iniciado este ano. Na comparação com os R\$ 205 bilhões que investiu entre 2006 e 2009, a exploração de petróleo e gás puxará o crescimento industrial com um aumento de 84% nas inversões até 2014.

O levantamento do BNDES abrange os planos da Petrobrás e do setor privado, considerando apenas uma fração de R\$ 45 bilhões das inversões esperadas para o pré-sal. “Petróleo e gás continuarão sendo o motor da indústria, não há dúvidas. O grande

desafio é trazer esse investimento para dentro da estrutura econômica do País. A produção cresceu muito rápido e em pouco tempo e a capacidade da indústria nacional de aproveitar ainda foi aquém”, diz Ernani Torres, superintendente da Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico (APE) do BNDES.

Por outro lado, o investimento da indústria extrativa mineral e da siderurgia deve desacelerar. Com a alta recente das commodities que levaram ao lucro recorde da Vale em 2010 e estimularam grandes investimentos, a base de comparação para os projetos das mineradoras ficou alta. Elas devem aplicar R\$ 62 bilhões nos próximos quatro anos, mesmo patamar de 2006-2009.

Já a siderurgia deve elevar os projetos em 17% nessa comparação, somando R\$ 33 bilhões entre 2011 e 2014, mas o número mostra um recuo em relação ao levantamento anterior do BNDES. O banco havia apontado R\$ 44 bilhões em inversões do setor entre 2010 e 2013. “A crise bateu muito forte na siderurgia e ainda há muita incerteza. O aumento da demanda interna reduz primeiro a fatia da exportação para depois resultar em aumento da produção”, diz Torres.

Belo Monte. Na infraestrutura, o vetor continuará nos projetos de geração de energia elétrica, como o das hidrelétricas em construção na Região Norte. Segundo o BNDES, só a usina de Belo Monte, que aguarda licença para ser instalada no Pará, responderá por 10% dos R\$ 139 bilhões que o setor elétrico receberá até 2014, 33,6% a mais do que o aplicado entre 2006 e 2009.

Esse montante inclui ainda R\$ 9,6 bilhões da usina nuclear Angra 3 e os R\$ 8,9 bilhões esperados para a energia eólica com os leilões recentes. No levantamento 2010-2013, os projetos em perspectiva para energia elétrica não alcançavam R\$ 100 bilhões.

Com a desaceleração dos investimentos em telecomunicações, a logística assumiu o segundo lugar no ranking do investimento em infraestrutura. O setor experimentará alta de 134,5% até 2014, comparado com o investido entre 2006 e 2009.

O maior destaque é o crescimento de 260% nos investimentos em portos, que somarão R\$ 18 bilhões em quatro anos. Nas ferrovias, os gastos de R\$ 16,5 bilhões de concessionárias, os R\$ 14,3 bilhões de planos de expansão da malha, e parte do trem-bala

Rio-SP-Campinas indicaram R\$ 60,4 bilhões em investimentos até 2014, alta de 200%.

“A magnitude dos investimentos em logística não é tão grande, mas o crescimento é animador”, afirmou Fernando Puga, chefe de departamento da APE, que assina o estudo com Gilberto Borça Jr., gerente do setor de pesquisa do BNDES.

Regularização de terra na Amazônia cumpre 1% da meta – João Carlos Magalhães – Poder -Folha de São Paulo- 28/02/2011

Contestações judiciais, desconhecimento da região e tentativas de fraude estão entre problemas enfrentados

Para coordenador-geral de programa federal, após superar essas dificuldades, 2011 "será o ano do Terra Legal"

Maior programa de regularização fundiária da Amazônia desde a ditadura militar, o Terra Legal não decolou.

Lançado há um ano e oito meses, a partir da medida provisória 458 -apelidada por críticos de "MP da Grilagem"-, o programa deu até agora 554 títulos de terras a

posseiros nos nove Estados da Amazônia Legal, ou apenas 1,1% da meta para o fim de 2010, de 50 mil títulos.

Em dados atualizados, o programa deverá avaliar quase 6% (51 milhões de hectares) do território nacional, nos quais estão 180 mil ocupações. Junto às dificuldades típicas da região, o maior entrave são as contestações judiciais da concorrência pública de R\$ 93 milhões, que contratou 28 empresas para fazer o georreferenciamento (a medição dos imóveis).

Segundo o coordenador-geral do programa, Carlos Guedes, parte das empresas, sem experiência na Amazônia, começou a trabalhar a como se estivessem no cerrado ou na caatinga. "Quando deram de cara com a mata, identificaram que teriam muita dificuldade em cumprir os prazos", disse Guedes.

Entre os problemas, houve moradores que não foram encontrados, imprecisões na documentação e dificuldade para se deslocar na floresta.

Para o Ministério Público Federal, que acompanha o Terra Legal, o governo subestimou as dificuldades de um projeto dessa magnitude.

Ainda assim, o procurador da República Marco Antonio Delfino considera positiva a demora em fazer a titulação, pois ela tenderia a evitar atropelos e ilegalidades.

Desde a votação da medida provisória que o originou, o Terra Legal é criticado por ambientalistas, que veem a possibilidade de legalizar grandes grileiros -pessoas que se apropriaram ilegalmente de terras alheias.

Até agora, foram detectadas diversas tentativas de fraudar o programa para obter terras acima do limite de 1.500 hectares. Há casos de uso de "laranjas" e de fracionamento de grandes propriedades entre pessoas da mesma família.

Para detectar irregularidades, criou-se uma rede de inteligência fundiária, integrada por Abin (Agência Brasileira de Inteligência), Polícia Federal e Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia), entre outros órgãos.

Guedes vê no Terra Legal a porta de entrada da regularização ambiental. Com os títulos, será possível identificar quem comete os crimes ambientais.

E diz que, como as empresas já começaram a entregar os dados sobre as medições, "2011 será o ano do Terra Legal". Ele espera terminar a avaliação das 180 mil ocupações até 2012.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor,
Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa

Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa